

CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM TÔRNO DE UM ESTUDO DO VISCONDE DE LAGOA SÔBRE A HISTÓRIA DA GEOGRAFIA DA EXPANSÃO PORTUGUÊSA

Subordinado ao título *Achegas para o estudo do planistério dito de Cantino e das primeiras explorações portuguesas do litoral brasileiro*, publicou o Ministério do Ultramar de Portugal no volume VIII, tomo I dos Anais da Junta de Investigações, ano de 1953, avantajado trabalho de 310 páginas da lavra do erudito historiador visconde de Lagoa que, além de um prólogo, compreende VII capítulos, o que tudo passaremos a apreciar dentro dos limites impostos a uma ligeira crítica de revista.

Logo no início do prólogo, o visconde de Lagoa censura os historiôgrafos portugueses por não darem a merecida atenção às críticas especializadas que, sôbre a história da expansão portuguesa no mundo, têm feito os estudiosos, notadamente os americanos. De fato, não sendo a História um campo restrito aos intelectuais europeus, como patenteiam os monumentais trabalhos de Henry Harrisse, Henry Vignaud, William B. Greenlee, Samuel Eliot Morison, George E. Nunn, Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, José Toríbio de Medina e tantos outros, nada justifica o pouco caso, salvo raras exceções, com que são recebidos em Portugal os trabalhos dos americanos sôbre a história dos descobrimento marítimos nos séculos XV e XVI.

Estende-se, em seguida, em considerações para evidenciar a escassa documentação histórico-cartográfica em Portugal, referente a época ora visada, o que atribui não só ao terremoto de Lisboa de 1755 que destruiu a Casa da Mina e da Índia e outros arquivos, mas também à incúria dos que tinham por encargo zelar pela conservação de preciosos documentos que inegavelmente constituíam rico patrimônio da nação. *Mutatis mutandis*, todos os historiôgrafos portugueses recorrem a essas alegações e àquela da "política de sigilo" dos monarcas lusitanos, tendo em vista justificar a falta de qualquer documento provando entre outros fatos,

a prioridade dos navegantes lusos no descobrimento da América e a intencionalidade no achamento do Brasil.

Enumera o visconde de Lagoa as publicações quinhentistas e até algumas anteriores que servem de fontes ao estudo daquilo que chama de “epopéia magnífica a que Portugal deve o vulto que tomou no Mundo”, com o que concordamos plenamente, mas assim procedendo claudica quando diz que o *Libretto de Tutta la Navigazione*. . . “foi preparado pelo almirante Malipiero e por êle dado ao prelo”, quando em realidade o que ocorreu com êsse opúsculo foi o seguinte:

Pedro Martyr de Angleria, homem de notável saber, o primeiro historiador do descobrimento do Novo Mundo, escreveu em latim uma narrativa completa das três primeiras viagens de Colombo e daquelas de Alonso Niño Vicente Pinzón, tendo mandado tirar cópias dêsse seu trabalho a fim de oferecê-lo a amigos da Itália. Uma dessas cópias, que era a primeira década *De rebus oceanicis et novo orbe*, foi ter às mãos de Ângelo Trevisan, secretário da embaixada de Veneza na Espanha.

Como Trevisan recebia cartas do almirante Domênico Malipiero, um dos historiadores da grandeza de Veneza, nas quais manifestava enorme interêsse pelas recentes descobertas realizadas pelos espanhóis e portugueses, escreveu Trevisan de Granada, a 21 de agosto de 1501 ao referido almirante, dizendo que ia traduzir para o veneziano vulgar a narrativa de Pedro Martyr e fazer-lhe pouco a pouco a remessa da mesma, visto não poder remetê-la de uma só vêz, por ser muito extensa.

Após ter recebido a aludida tradução e naturalmente tirado dela os apontamentos de que necessitava, Malipiero a ofertou ao senado de Veneza, sendo que o manuscrito foi ter às mãos de Albertino Vercellese de Lisona, que o publicou com a data de 10 de abril de 1504 em Veneza com o título: *Libretto de Tutta la Navigazione de Re de Spagna. De le Isole et Terrene Nuouamente Trouati. Stampato in Venezia per Albertino Vercellese de Lisona a di X de aprile, MCCCCIV*.

Ao publicar Montalboddo em 1507 o *Paesi nouamente retrouati*. . . incluiu nessa sua coletânea o *Libretto*.

*

* *

No capítulo I, o mais extenso de todos, pois abrange 70 páginas, o visconde de Lagoa estuda o mais detalhadamente possível o planisfério de Cantino, que é bastante conhecido dos que se dedi-

cam ao estudo da cartografia americana vetustíssima, exagerando o valor dêsse documento quando diz:

“O planisfério dito de Cantino ombréia assim, sob o aspecto artístico, com a perfeição científica que o impõe, como produção excelsa da cartografia quinhentista, à cabida admiração da posteridade, que tem por força de encará-lo como monumento máximo das realizações científicas e artísticas de antanho, no campo da geografia e da cartografia, como repositório precioso dos conhecimentos da época e como atestado, ao tempo porventura indiscreto, da atuação lusida em mares e regiões que nenhuma carta se antecipou a desvendar com caráter preciso e em moldes fidedignos” (página 37).

Não é nossa intenção, na resumida crítica que fazemos ao trabalho do ilustre historiógrafo luso, descer a detalhes, razão pela qual sòmente abordaremos, no capítulo em apreço, os tópicos que mais diretamente interessam a história da América.

Uma das primeiras, quiçá a primeira apreciação da carta de Cantino, na parte que diz respeito ao Novo Mundo, é do grande americanista norte-americano Henry Harrisse, que assim se manifesta (1):

“Limitando a nossa análise ao litoral do Novo Mundo, dividiremos essa parte da carta em três secções. A primeira é a extremidade meridional do continente americano, a qual nesse *mapa-múndi*, em vez de se inclinar, como na realidade, até 55°, 58 minutos de latitude sul, e 69°,36 minutos de longitude oeste, projeta-se em sentido inverso e termina arbitrariamente em um promontório situado aproximadamente a 38°,30 minutos de latitude sul e 22° de longitude oeste”.

“Do lado esquerdo do mapa emerge um continente. E’ esta extensão de terra que constitui a nossa segunda secção. A parte figurada cobre, segundo o mapa de Cantino, o espaço compreendido entre 59° e 38° de latitude norte e se estende em longitude de 128° a 123°,20 minutos oeste. Essa região, colocada sòbre uma carta hidrográfica moderna, se localiza na Califórnia”.

A terceira secção é a que abrange a terra descoberta por Gaspar Còrte Real a qual assim aprecia Harrisse:

“Qual é, segundo o cartógrafo da carta de Cantino, a posição geográfica da terra onde se atribui expressamente a descoberta de Gaspar Còrte Real? De acòrdo com o meridiano de Paris, a longitude se encontra entre

(1). — *Les Corte Real*, Paris, 1883, págs. 77, 78 e 136.

51° e 56° oeste. A latitude é de 59° e 50° norte. A outra terra (a península que os portugueses descobriram, mas não desembarcaram) está a 62° de latitude norte e 35° de longitude oeste. Colocadas sobre uma carta moderna, essas posições nos dão, tanto para uma como para outra terra, o pleno oceano”.

Os erros de longitude (altura de leste-oeste) que HARRISSE aponta na parte do planisfério que corresponde à América, estão de antemão justificados, em parte, pois naquela época não dispunham de meios para calculá-la com precisão. Mas os de latitude não têm explicação, são imperdoáveis, uma vez que os pilotos portugueses, como fazem alarde, eram habilíssimos em medir alturas usando a tábua das declinações solares de Zacuto.

Lemos alhures, escrito por notável historiógrafo luso, esta irrisória opinião: os erros de longitude e de latitude no planisfério de Cantino, principalmente no trecho onde está desenhada a América, foram propositalmente praticados em obediência à “política de sigilo” dos monarcas portugueses.

Afirma o emérito historiador, autor do trabalho que estamos criticando, que cabe ao planisfério de Cantino a prioridade na representação da Flórida e, páginas adiante acrescenta:

“Característica importante da América dita de Cantino é ainda a representação, aliás exageradamente ocidental, da Flórida com onze anos de antecipação sobre o pretenso achamento de Ponce de Leon e com nomenclatura copiosa, que exclui a hipótese de ser a inserção ali daquela península casual e sem afinidades com reconhecimentos diretos” (página 40).

E terminando o seu conceito, assim escreve:

“...e deve assim haver-se por fruto exclusivo dos conhecimentos que já ao tempo tinham os portugueses daqueles territórios, dada a inviabilidade de conciliar a reivindicação para a Espanha do descobrimento em causa com o desconhecimento que ela teve da Flórida durante a década subsequente à construção do *mapa-múndi* de que tratamos” (página 40).

Em 1924, o geógrafo norte-americano George E. Nunn (2) publicou um erudito e elucidativo estudo sobre a terra em forma de península, que se vê na carta de Cantino a noroeste de uma ilha em forma de cogumelo denominada *Isabella*, trabalho êsse que evidencia laborarem em grave êrro os que sustentam, à semelhança do

(2). — *The Geographical Conception of Columbus*, New York, 1924.

visconde de Lagoa, que essa terra deve ser identificada com a Flórida, descoberta mui anteriormente à viagem de Ponce de Leon de 1513, por um nauta português.

Não queremos perder a oportunidade de transcrever aqui o notável estudo do geógrafo *yankee*, que é o seguinte:

“O formato da terra (suposta Flórida do mapa de Cantino) parece derivar das descrições dos litorais descobertos por Colombo na sua segunda viagem. Na *Información y Testemonio* de Fernando Perez de Luna, na parte referente ao juramento dos pilotos e demais tripulantes, de que Cuba era continente, há uma passagem que parece ser a causa do aparecimento do contorno encontrado no mapa de Cantino, a qual diz: “En la carabela Niña, que ha por nombre Santa Clara, jueves doces dias del mes Junio, año del Nacimiento de nuestro Señor Jesuscristo de mil é quatrocientos é noventa é quatro años. el muy magnifico Señor D. Cristobal Colón, Almirante mayor del mar Océano, Visourey é Governador perpetuo de la isla de San Salvador, é de todas las otras islas é tierra firme de las Indias descubiertas é por descubrir por el Rey é por la Reina nuestros Señores, é su Capitan general de la mar, requirió á mi Fernand Perez de Luna Escribano público del número de la Cibdad Isabela (3), por parte de sus Altezas, que por quanto el habia partido de la dicha cibdad Isabela com tres carabelas por venir á descubrir la tierra-firme de las Indias puesto que ya tenia descubierto parte della el otro viage que cá primero habia hecho el año passado del Señor de mil é quatrocientos é noventa é três años, y no habia podido saber lo cierto dello: porque puesto que andoviese mucho por ella non havia hallado personas en la costa de la mar que le supiesen dar cierta relacion dello, porque eran todos gente desnuda que no tiene bienes propios, ni tratan, ni van fuera de sus casas, ni otros vienen á ellos, segund dellos mismo supo, y por este no declaró afirmativo que fuese la tierra-firme salvo que lo pronunció dubitativo, y la habia puesto nombre *la Juana*, á memória del Principe D. Juan nuestro Señor, y agora partió de la dicha Cibdad Isabela á viente y quatro dias del mes de Abril é vino á desmandar la tierra de la dicha *Juana* mas propinca de la isla Isabela (4), la qual es fecha como un giron que va de Oriente á Occidente, y la punta está de la parte Oriente propinca á la Isabela viente é dos leguas...”

Esta declaração deve ser estudada em conjunto com outras que também relatam a primeira viagem. Com re-

(3). — Localidade situada na costa norte da ilha de Haiti.

(4). — A quarta ilha descoberta por Colombo na sua primeira viagem, uma das Lucáias.

ferência à terra descoberta, Colombo disse (5): “Quando yo llegué á la Juana segui la costa della é poniente, y la fallé tan grande que ensé que seria tierra firme la provincia de Catayo; y como no fallé asi villas y lugares en la costa de la mar, salvo pequeñas poblaciones, con la gente de las cuales non podia haber fablas, porque luego fuian todas, andava yo adelante por el dicho camino, pensando de non errar grandes ciudades é villas; y al cabo de muchas leguas, visto que non habia innovacion, y que la costa me levava al setentrion...”.

“Além disso Martin Alonso Pinzón comunicou (6) a Colombo em 30 de outubro de 1492, que êle acreditava que a terra era continental seguindo em direção ao norte e que era muito grande (“y que toda aquella tierra era tierra firme, pues, iba tanto al Norte y era tan grande”). De acôrdo com Las Casas, Colombo determinou a latitude como sendo 42 graus, norte. Todavia, Las Casas duvida muito dessa posição, e com razão, pois deve ela ser 21 graus de latitude norte (7). A diferença pode, entretanto, ser perfeitamente explicada, quando Navarrete (8) nos informa que tal aconteceu por serem os quadrantes da época divididos em meios graus. (“Los cuadrantes de aquel tiempo median la doble altura; y por consiguiente los 42° que dice distaba de la equinocial hácia el N. deben reducirse a 21° de latitude N.”). De qualquer modo, parece-nos que tal informação errônea de latitude, deve ter influido bastante no desêno do mapa de Cantino”.

“Vamos agora examinar os dados que possuimos. Julgava-se que existia um continente, chamado Juana por Colombo. Tal continente, até onde se conseguiu apurar, tinha a forma triangular. A costa sul corria para o norte. A distância da costa leste até a ilha *Isabella* era de 22 léguas. A ilha Española não foi mencionada na *Información y Testimonio* de Fernando Perez de Luna, em conexão com a posição da terra triangular”.

“Examinando o mapa de Cantino, vemos que tais dados foram evidentemente incluídos nele: a costa da terra a noroeste tem a forma de um triângulo, e a ilha *Isabella* está colocada a leste entre a terra e a Española. Cuba não aparece; mas no mapa de Waldseemüller de 1516 o qual, a julgar pela forma e nomenclatura, seguiu a mesma fonte do de Cantino, nós encontramos na terra triangular a legenda: *Terra de Cuba Asiæ Partis* (9). Colombo e seus companheiros foram, inconscientemente, os causadores do êrro, apesar de que nunca poderiam de modo imaginário representar a geografia do Novo Mundo como o

(5). — Navarrete (Martin Fernandez de), *Collecion de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV*. Buenos Aires, 1945, volume I, pág. 298.

(6). — Las Casas (Bartolomeo), *Historia de las Indias*, Madri, 1875, volume I, pág. 322.

(7). — Las Casas, *obra citada*, volume I, págs. 324 a 338.

(8). — *Obra citada*, volume I, nota no rodapé da pág. 188.

(9). — O glôbo do cosmógrafo Schöner de 1520, reproduz o trecho em estudo do mapa de Cantino (suposta Flórida), tendo inscrito nele a palavra Cuba.

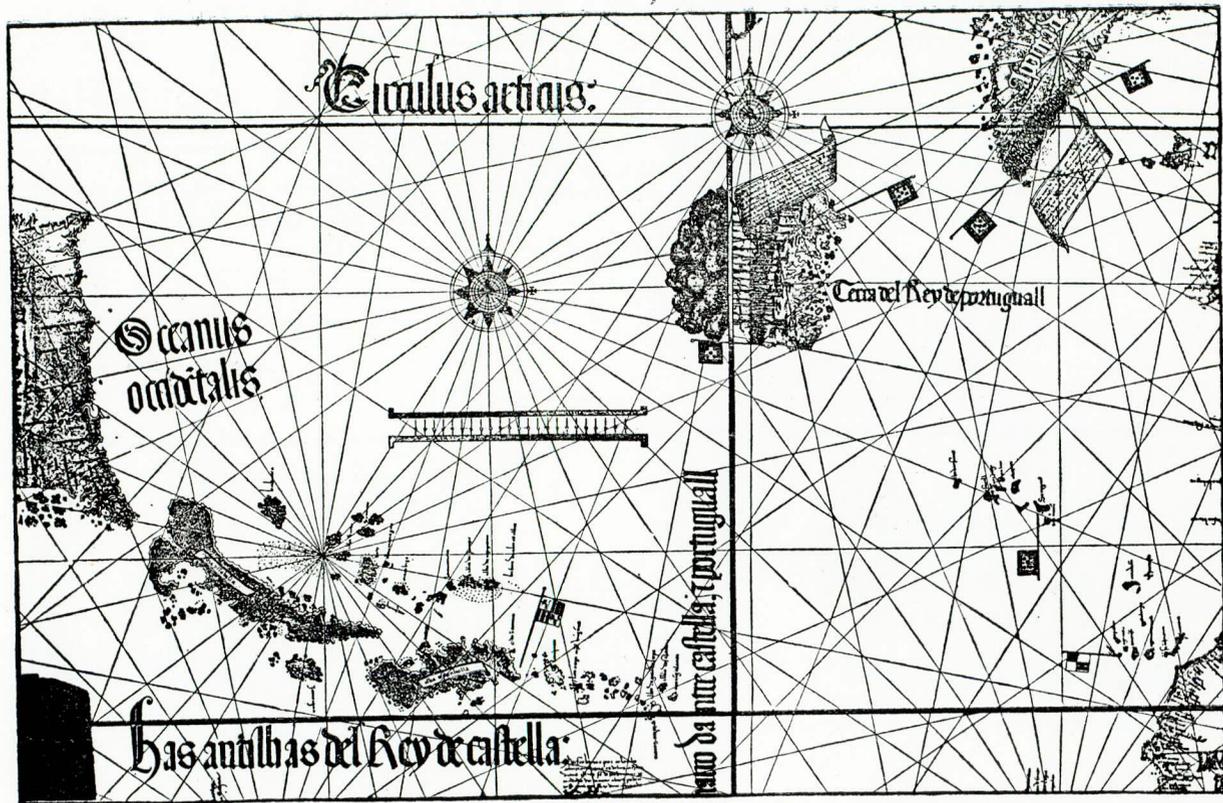


Fig. 1. — Atlântico Norte no mapa de Cantino. Reprodução da obra de Henry Harrisse "Discovery of North America".

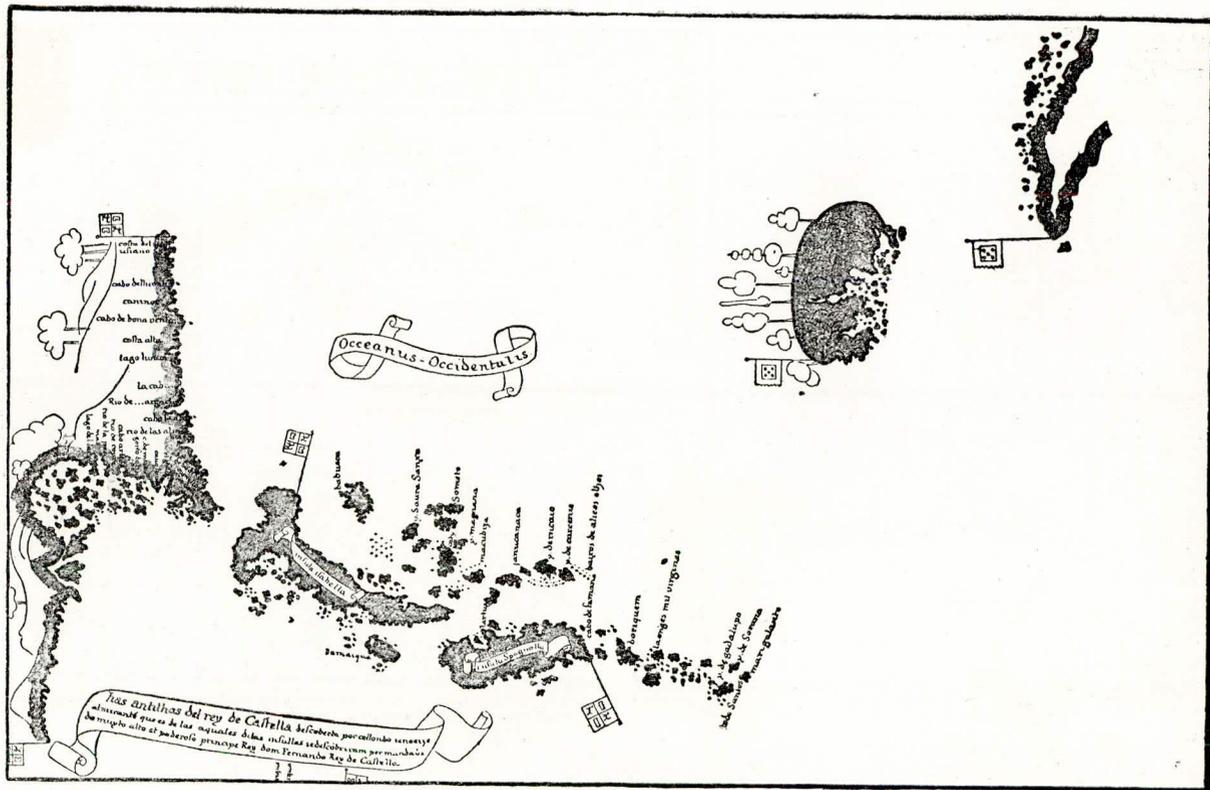


Fig. 2. — Atlântico Norte no mapa de Cavério. Nota-se que na suposta Flórida existe desenhada a bandeira espanhola, prova de que a descoberta foi feita por nauta espanhol. Reprodução feita da obra de G. E. Nunn "Geographical Conceptions of Columbus".

fêz o cartógrafo do mapa de Cantino. Em resumo, o êrro foi devido à interpretação dada às descrições de Colombo pelos cartógrafos, que não tinham estado na terra para verificar *de visu* e que tentaram harmonizar as informações discordantes da melhor maneira possível”.

“Agora se pesquisarmos mais alguns fatos, verificaremos no mapa de Canério, o qual muito provavelmente foi feito logo depois do de Cantino, que na terra de forma triangular em direção a oeste correspondente ao ponto mais distante da costa sul de Cuba, percorrido por Colombo na sua segunda viagem, a terra voltada na direção sul e um delta com três aberturas aparece aí como um caso estranho e notável da costa. Com relação a êstes fatos, Pedro Martyr afirma na sua narração da quarta viagem de Colombo, “que dentro de uma distância de oito léguas êle descobriu três rios de água claríssima, nas margens dos quais cresciam caniços da grossura da perna de um homem” (10). O delta do mapa de Canério, conforme Varnhagen (11), é a foz do Mississipi. Mas se é realmente a do Mississipi, ela aparece de modo estranho a oeste, em lugar do lado norte da costa do gôlfo. Se, entretanto essa terra representa Cuba, a qual Colombo acreditou que fôsse terra da Ásia (como a configuração do globo de Behaim e do mapa de Martellus), então tudo se torna simples e claro. Como já vimos nos estudos anteriores, a costa do norte de Cuba corresponderia à costa oeste de Cathay; a costa sul seria a costa sul de Mangi; e em direção a oeste, a terra deveria teoricamente, voltar-se para o sul; a terra a este seria Ciamba. O fato da costa dirigir-se ao sul foi aceito no verão de 1494 como prova de que Cuba era uma parte do continente asiático (12). A quarta viagem de Colombo foi baseada na mesma teoria”.

“Fazendo-se um estudo sôbre a toponímia da terra continental, verificamos um êrro de HARRISSE, quando faz a comparação dos topônimos do mapa de Cantino com a nomenclatura de Colombo. Principia com o nome que se acha no extremo norte da costa leste e segue em ordem para o sul, e depois ao longo da costa sul. Quando, entretanto, examina o mapa de Cantino, principia com os topônimos do extremo oeste da costa sul e vai para leste e depois para o norte, ou seja em ordem inversa do que fêz no primeiro caso. Como resultado disso, êle acha que não existem dois nomes que se correspondam nas listas feitas. Verificando-se os topônimos no mapa de La Cosa, êle principia com Punta de Cuba e dirige-se a norte, depois do que volta ao ponto de partida e dirige-se a oeste”.

“Entretanto, se invertermos a ordem de uma dessas duas listas, com o fim de tomarmos os nomes na mesma

(10). — *De Orbe Novo*: as oito décadas de Pedro Martyr d'Angleria, Nova York, 1912, volume I, pág. 319.

(11). — Varnhagen, *Vespucci*, etc., pág. 30.

(12). — Navarrete, *obra citada*, volume II, págs. 171 a 178.

ordem em cada um dos casos e comparar os topônimos dos mapas de Cantino e La Cosa como também os nomes e descrições da costa conforme dados fornecidos por Colombo e seus historiadores contemporâneos, um número regular de nomes podem ser identificados e, desse modo poderemos estabelecer definitivamente uma conexão vital entre o continente do mapa de Cantino e as explorações de Colombo na sua primeira e segunda viagens. O método que devemos seguir será o de tomar os topônimos do mapa de Cantino e procurar pelos seus equivalentes. O ponto de partida será o primeiro nome ao norte na costa leste e seguindo depois até o último ao sul da costa oeste”.

Costa leste.

“*Costa del mar vçiano*: — Ao lado norte da ilha de Cuba, La Cosa chama de “Mar Oceanuz”. Não haverá grande diferença chamar a costa que se acha nesse ponto de *Costa del Mar Vçiano*”.

“*Canfure*” — Possivelmente *Cidade do Can* ou talvez *Can Fu*. Este nome aparece no local onde Colombo enviou dois dos seus homens com uma carta para tentarem encontrar o Grande Khan (Can), na costa norte de Cuba (13). O mapa de Canério possui o nome *Caninor*; e o de Waldseemüller *Camnor*. Tais nomes parecem referir-se ao mesmo fato acima, e referem-se a mesma parte da costa”.

“*Costa Alta*: — A Costa Alta é uma expressão que certamente não é aplicável para determinar-se nenhum ponto da costa da Flórida, Carolina, Virgínia ou Jersey. Entretanto, se verificarmos a relação de La Cosa da primeira viagem de Colombo, encontraremos datada de 28 de outubro a seguinte observação: “Ele diz que a ilha está cheia de belas, porém mui altas montanhas, e que todo o resto da terra pareceu-lhe como a terra da ilha Sicília, alta” (Descia ser la isla llena de montañas muy altas, y toda la otra tierra le parecia como la isla de Cecilia, alta” (14).

“*Lago Lunçar*: — Las Casas em data de 3 de novembro diz que “o almirante entrou em um bote para ver o rio que fazia com a sua desembocadura um grande lago o qual constitui um porto excelente e livre de pedras”. (Sabado, 3 dias de Noviembre, por la mañana, entró el almirante en la barca por ver aquel rio, e cual hace á la boca un gran lago, y deste se constituye un singularissimo puerto muy hondo y limpio de pedras (15). Esta descrição aplica-se à parte de Cuba que foi vista seis dias depois da Costa Alta. O sentido da palavra *lunçar* não é conhecido: possivelmente significa *lago luengo*. O lago, mui provavelmente é o acima referido”.

(13). — *Raccolta Colombiana*, parte I, volume I, pág. 124.

(14). — Las Casas, *obra citada*, volume I, pág. 320.

(15). — Las Casas, *obra citada*, volume I, pág. 328.

“*Las cabras*: — Este nome, *as cabras* é com tôda a certeza uma corrupção de algum t rmo da época, pois cabras não são nativas no continente americano. E’ quase certo que nenhum dos descobridores da parte leste da América viu qualquer cabra. Por outro lado, se nós examinarmos o relatório da primeira viagem (de Colombo), encontraremos a seguinte narrativa datada de 29 de novembro: “os marinheiros têm também acharam, dentro de uma casa a cabeça d’um homem dentro de uma cesta, coberta por outra cesta, as quais estavam presas a um poste dentro da casa” (Hallaron tambien los marineros en casa una cabeça de hombre dentro en un cestillo, cubierto con otro cestillo, y colgado de un poste de la casa) (16). Este episódio parece ter servido de base para o nome *las cabras*. Algum marinheiro tentando desenhar um mapa das costas de Cuba prov velmente escreveu *cabzas* em lugar de *cabezas* omitindo assim o “e”; a pessoa que fêz o mapa de Cantino prov velmente tomou o “z” por “r” para dar um sentido   frase, formando então *las cabras*”. “*Rio de los largartos*: — Este nome parece ser uma interpola o ou da primeira viagem de Colombo, quando esteve visitando a ilha por  le denominada Isabella, ou da sua segunda viagem, enquanto costeava a costa sul de Cuba. Aparentemente os espanhóis viram o primeiro lagarto na ilha Isabella e foi descrito pelo próprio Colombo (17). O nome *rio de los largartos* pode ter sido transferido para a ilha de Cuba e depois transportado, com vários nomes, da verdadeira Cuba para o continente do mapa de Cantino. Existe também uma outra hipótese. Descrevendo a segunda viagem, Andr s Bernaldez e Pedro Martyr (18) referem-se a um desembarque espanhol na costa sul de Cuba e ao encont o de índios que estavam preparando uma refei o de peixes e serpentes, a qual Bernaldez descreve de tal maneira que podemos ficar certos que eram lagartos. (Pedro Martyr descreve as serpentes como tendo oito p s de comprimento e sem grandes diferenças do crocodilo do Nilo, com exce o,   lógico, do tamanho. Lagarto (do latim *lacertus*)   a forma espanhola de *lagarto*. O nome *Rio de los Largartos*, se   realmente devido ao fato acima referido, na segunda viagem, pode muito bem ter sido transferido para a costa norte por ter sido escrito na terra em lugar de no mar, em algum mapa particular de qualquer dos marinheiros. Um exemplo como a coloca o de nomes pode atrapalhar qualquer leitor,   f cilmente verificável ao examinarmos o mapa de La Cosa: os nomes relativos a Cuba são impossíveis de determinar se pertencem a uma costa ou a outra”.

(16). — *Las Casas, obra citada, volume I, pág. 354.*

(17). — *Raccolta Colombiana, parte I, volume I, pág. 27.*

(18). — Andr s Bernaldez, *Historia de los Reyes Catolicos, Sevilha, 1870, volume II, págs. 46-47.*

“*Cabo Santo*: — Colombo deu o nome *Puerto Sancto* a uma baía próxima ao fim leste de Cuba (19). Se este nome foi escrito por algum cartógrafo desconhecido como *P. Santo*, nada mais razoável que o desenhista do mapa de Cantino pusesse *Punta Santo* por *P. Santo* ou *Cabo Santo*”.

“*Rio de las almadias*: — Este é outro termo descritivo. Colombo não deu este nome a nenhum trecho da costa, de acôrdo com tôdas as listas que possuímos; mas em 3 de dezembro êle viu cinco grandes *Almadias* ou canoas (20). E’ bem possível que tal incidente fornecesse elemento para a denominação que foi dada ao rio”

“*Pata (punta) Roixa*: — Nenhum dos relatórios das viagens de Colombo fornece indícios de ter sido este nome dado a qualquer parte da costa. Com a data de 25 de novembro, entretanto, o diário (21) diz que Colombo encontrou rochas na praia que pareciam conter ferro e prata. A costa sul de Cuba contém realmente um grande depósito de ferro. Tal acidente poderia bem fornecer elemento suficiente para que algum marinheiro, ao relatar suas peripécias de viagem, desse o nome de *Punta Roixa* à secção correspondente da costa”.

“*Rio de dō (don) Diego*: — No mapa de La Cosa o terceiro nome oeste da ponta leste de Cuba é *Rio de la bega*. O mapa de Cantino certamente reproduz uma corruptela desse nome. A correspondência entre os dois mapas parece-nos mais certa, se observarmos que em ambos os casos o nome é o terceiro a contar do fim este de Cuba”.

“*C. do fim de abril*: — “Cabo do fim de abril”. Na sua primeira viagem Colombo denominou de “*Cabo Alpha e Omega*” o ponto que julgou ser o fim do continente em direção a leste e à primeira terra vindo de oeste do cabo São Vicente em Portugal (22). La Cosa chamou-a de *Punta de Cuba*. Las Casas nos diz que Colombo julgou pertencer este cabo ao continente do Grande Khan, isto é, ao continente asiático. Na sua segunda viagem, Colombo levantou ferros da cidade de Isabella na costa norte da Española (Haiti) em 24 de abril de 1494, e chegou ao pôrto de San Nicolas na extremidade oeste da ilha a 29 de abril (23). Portanto o cruzamento do estreito entre Española e Cuba foi em 30 de abril. O nome “*cabo do fim de abril*” pode muito bem ser derivado deste fato”.

“O nome deve ter sido comunicado ao cartógrafo por alguém que não estava bem informado da primeira viagem; mas isso não apresenta nenhuma dificuldade, desde que é evidente pelo estudo dos nomes acima considerados, que o cartógrafo do mapa de Cantino não teve em mãos nem os mapas de Colombo ou de La Cosa ou qual-

(19). — *Raccolta Colombiana*, parte I, volume I, pág. 52.

(20). — *Raccolta Colombiana*, parte I, volume I, pág. 53.

(21). — *Raccolta Colombiana*, parte I, volume I, pág. 47.

(22). — *Las Casas, obra citada*, volume I, pág. 360.

(23). — *Obra citada*, volume II, pág. 51.

quer descrição, como as que agora são usadas pelos que estudam a Flórida (suposta) do mapa de Cantino. Harris-se e outros, ao considerar unicamente os relatórios e mapas, e negligenciando a possibilidade de testemunho oral concernente às descobertas, falharam em levar em consideração o que era, provavelmente o meio mais usual de comunicação de notícias entre as cidades portuárias da Espanha e Portugal. Todos os nomes que estudamos são termos puramente descritivos (derivados de acidentes que ocorreram durante a viagem ao longo da costa de Cuba ou de acidentes extraordinários da costa) tais como seriam muito naturalmente explicadas por um marinheiro que tivesse tomado parte na viagem. Tal pessoa, apesar de ser incapaz de desenhar um mapa das novas descobertas por si mesmo, poderia muito bem relatar tudo o que viu, de memória. Podemos muito bem imaginar que desses relatos, algum desenhista português fez um rude esboço da verdadeira Cuba. Supondo-se que tal desenhista fôsse um homem inclinado a escrever a palavra conforme a sua pronúncia, e capaz de omitir aqui e ali um letra, podemos facilmente imaginar o material que o cartógrafo do mapa de Cantino teve para representar a terra do norte”.

‘Esses nomes, selecionados da descrição de uma das duzentas milhas de costa (uma descrição que ocupa quarenta páginas da *Historia de las Indias* de Las Casas) certamente não terão grande significação, quando notamos que eles correspondem em ordem a nomes no mapa de Cantino. Dos onze nomes que julgamos sejam derivados da primeira viagem de Colombo, nove estão na mesma ordem nos relatos de Las Casas e outros de acôrdo com o mapa de Cantino. Três, *Cafure*, *Costa Alta* e *Lago Lucor*, pertencem à região do Rio dos Mares. Quatro outros, *Las Cabras*, *Cabo Santo*, *Rio de las Almadias* e *Rio de dô Diego*, pertencem à região de Puerto Santo. *C. do fim de Abrill* não necessita nenhum comentário sôbre a sua posição. Sômente dois estão fora de ordem: *Rio de los Largartos* e *Pãta roixa*; o primeiro é uma interpolação, e o segundo deve ser colocado entre *Las Cabras* e *Cabo Santo*. A coincidência do sentido e a posição dos nove parece-nos bastante conclusiva da fonte de nomes de Colombo”.

“Prosseguindo em ordem, vamos agora considerar a costa sul da terra de Cantino. Os nomes aqui são praticamente não identificáveis. Eles são de leste para oeste: *el golfo bravo*, *C. lurcar*, *C. do mortinbo*, *C. do lurcor*, *C. arlear*, *Rio do corno* e *Rio de las palmas*. No mapa de Canério além do *Rio de las palmas*, aparece um outro nome, que não existe no de Cantino, *lago del lodro*. Esse nome aparece próximo à margem no mapa de Canério; é possível que originalmente êle também existisse no mapa de Cantino, e nesse caso foi arrancado, quando a margem rasgou-se”.

“*El Golfo Bavo*: — Este é o primeiro nome leste do *C. do fim de abril*. O primeiro lugar mencionado por Las Casas e Bernaldez, depois de Colombo ter contornado a costa da ilha de Cuba, no sul, em sua segunda viagem, é descrito por Las Casas (24) “una gran bahia y puerto grande”, denominado por Colombo de Puerto Grande. A favor da identificação de *el golfo bavo* com Puerto Grande existe o fato que esse nome é o primeiro mencionado a oeste do *C. do fim de abril*”.

“*Rio de las palmas*: — Este é um outro nome descritivo, tal como poderia ser dado a qualquer outro ponto da costa de Cuba. E’ possível que seja um nome transposto da costa norte, onde Colombo, na sua primeira viagem, deu o nome de *Cabo de Palmas* a um promontório, próximo ao ponto donde êle voltou atrás, em direção a *Espanhola*” (25).

“*Lago del lodro*: — Aparece no mapa de Canério somente; parece pertencer à quarta viagem, possivelmente derivado de *lugar del oro* ou *loco del oro*. Verágua era conhecido da viagem de 1502, como uma terra onde havia grande abundância de ouro (26); na *Informatione di Bartolomeo Colombo* (27), está mencionada várias vezes a abundância de ouro em tal ponto. Verágua com Lochac, estavam associados na mente de Colombo com o *Chersoneso Dourado* (ver terceiro estudo páginas 74-75)”.

“No mapa de Canério um pequeno bosque aparece no canto do golfo, com um outro um pouco mais distante ao norte. No mapa de Ruych, de 1508 (28), no mesmo canto da Ásia, aparecem dois bosques, um *Silva Ebaní* e outro *Silva Aloe*. Existem outros bosques em quatro lugares ao sul, no mesmo mapa”.

“Com isto completamos a lista de nomes nos mapas de Cantino e de Canério que parecem ter tido sua origem nas viagens de Colombo”.

Após discorrer sôbre a origem de outros topônimos que se encontram na suposta Flórida do mapa de Cantino, assim conclui Nunn o seu erudito estudo:

“Resta-nos discutir a razão do grande intervalo no mapa de Cantino entre a ilha *Espanhola* e o *C. do fim de abril*, o qual foi preenchido pela inserção da ilha *Isabella*”.

“Tudo que necessitamos aqui será fazer um breve sumário, visto que tôdas as concepções geográficas de importância já foram discutidas detalhadamente em estudos anteriores. Ptolomeu fêz o mundo conhecido esten-

(24). — *Obra citada*, volume II, pág. 51.

(25). — *Raccolta Colombiana*, parte I, volume I, pág. 32.

(26). — *Raccolta Colombiana*, parte I, volume II, pág. 198.

(27). — Henry Harrisse, *Bibliotheca Americana Vetustissima*, New York, 1866, págs. 471-474.

(28). — Nordenskiöld, *Facsimile-Atlas*, pl. 32.

der-se aproximadamente 180 graus de oeste a leste. Marino de Tiro fez esta área estender-se até 225 graus. Colombo acreditou, como Marino de Tiro, que a terra, do cabo de São Vicente, em Portugal, até Catigara, o limite leste do mundo conhecido, cobria 225 graus de longitude. Os cartógrafos medievais acrescentaram ao mundo dos antigos, aproximadamente 60 graus: então 285 graus era a estimativa antes da viagem de 1492. De acordo com o cálculo de Colombo, contando de oeste a leste, devia haver 285 graus do primeiro meridiano ao ponto extremo da Ásia (o *C. do fim de abril*, ou o cabo Alpha e Omega), o que deixaria 75 graus desse ponto de partida em direção oeste até o continente asiático. O fim oeste da ilha Espanhola era usualmente colocado entre 50 e 60 graus oeste do primeiro meridiano. Como consequência, o extremo leste de Cuba estando imediatamente oposto ao oeste da Espanhola, estaria entre 15 e 60 graus muito distante em direção leste para representar o leste da Ásia de acordo com tais cálculos. Quando, portanto, um cartógrafo desenhasse um mapa do mundo inteiro, o continente asiático teria de ser colocado, de acordo com a terra aí existente, a uma grande distância através do Atlântico. O que se segue foi ter a teoria de Colombo sido usada para o traçado do mapa através do Atlântico em direção oeste: ao passo que a teoria de Ptolomeu foi adotada para delinear o mundo para leste a partir da costa oeste da Europa. Este processo é evidente no globo de Behaim, no mapa de Waldseemüller de 1507, e outros mapas que mostram a distância de 180 graus do cabo de São Vicente até o lado leste do Sinus Magnus. Realmente, são vários os mapas do princípio do século XVI que representam distintamente ambas as teorias. O mapa de Waldseemüller de 1507 é um dos primeiros exemplares do mundo inteiro desenhado de tal modo a aproveitar as duas teorias. O mapa de John Ruysch (1508) adota as estimativas de Colombo como base, o que Waldseemüller não fez inteiramente. Outros cartógrafos, trabalhando entre 1492 e 1507, evitaram essa dificuldade não representando todo o mundo. La Cosa, por exemplo, omite o espaço, mais ou menos de 140 graus, entre Calicute, na Índia, e um ponto oeste de Cuba. Aparentemente, foi a dificuldade em reconciliar as teorias geográficas de Colombo e Ptolomeu, que levou Pedro Martyr (29) a dizer: "Não é sem razão que os cosmógrafos deixaram interminados os limites da Índia do Ganges, e não falta quem acredite que as costas da Índia não distam muito das praias espanholas".

"Resumindo: A terra a noroeste da ilha *Isabella* (do mapa de Cantino) não é a Flórida. Esta terra foi desenhada na crença de que era o continente asiático. As idéias, então correntes, sobre o leste da Ásia, conforme podemos observar no globo de Behaim e no mapa de

(29). — *Obra citada*, edição norte-americana de 1912, volume I, pág. 92.

Hericus Martellus Germanus, foram adotadas, apesar do gôlfo estar colocado um pouco mais ao norte do que devia ser. As terras realmente exploradas e denominadas com a impressão de serem o leste da Ásia foram: Cuba descoberta por Colombo; e a costa nordeste da América do Norte, descoberta e explorada por João Caboto e os Côrtes Reais. O cartógrafo ao tentar resumir um conjunto de dados confusos — teóricos, documentados, cartográficos e orais — produziu aquilo, conhecido por mapa de Cantino”.

Provado amplamente como fica, que o visconde de Lagoa labora em grave erro quando pretende sustentar, apenas recorrendo a conjecturas prenhes de belas figuras de retórica, que a terra desenhada na extremidade esquerda do planisfério de Cantino é a Flórida, passamos a apreciar o capítulo II do seu erudito estudo.

*
* *
*

Traz à discussão o visconde de Lagoa o *Esmeraldo de Situ Orbis*, para tentar comprovar uma viagem ampla de Duarte Pacheco Pereira ao Novo Mundo em 1498.

Entre os anos de 1505 e 1508, Duarte Pacheco Pereira escreveu o *Esmeraldo de Situ Orbis*, roteiro da circunavegação africana, trabalho êsse incompleto, pois devendo constar de cinco livros, só foram escritos os três primeiros e parte do quarto. O manuscrito original está desaparecido, havendo porém duas cópias: uma na Biblioteca Nacional de Lisboa e outra na Biblioteca Pública de Évora. Em 1905 a Sociedade de Geografia de Lisboa publicou uma edição servindo-se da cópia existente em Évora, edição esta anotada por Augusto Epifânio da Silva Dias. Para a nossa crítica usaremos esta edição, que é a adotada pelo erudito historiador português. Sôbre o mérito do *Esmeraldo*, assim se manifesta Epifânio Dias (30):

“O indivíduo que tirou a cópia de que provém os dois códices ora conhecidos, sôbre pouco esmerado era muito impérito; passou em claro letras avulsas, sílabas, palavras e orações e, ao revés, pôs a mais letras e palavras e repetiu orações; fêz transposições, dividiu e ajuntou inexactamente sílabas; tomou umas letras por outras; equívocou umas palavras com outras, chegando neste particular a escrever monstruosidades; enfim algumas vêzes ajuntou no mesmo ponto erros de diferentes categorias”.

(30). — Apud *Anais da Junta de Investigações do Ultramar*, 1953, volume VIII, tomo I, págs. 108 e 109.

Na nossa opinião, êsse conceito que Epifânio Dias faz da cópia do *Esmeraldo* evidencia ser êle destituído de qualquer valor crítico, devendo ser relegado quando se estudam prioridades de descobrimentos marítimos na América. Mas assim não raciocinam os historiógrafos da pátria dos nossos maiores, visto que procuram por todos os meios possíveis dar a êsse códice um valor inestimável para provar uma descoberta do Brasil e mesmo da Flórida, em datas anteriores às viagens de Cabral e de Ponce de Leon. A passagem do *Esmeraldo* que dá margem a essa fantasia é a seguinte (31):

“E alem do que dito he, ha experiencia, que he madre das cousas, nos desengana e de toda duuida nos tira; e por tanto, bemaumentado Principe, temos sabido e visto como no terceiro anno de vosso Reinado do hanno de nosso senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde nos vossa alteza mandou descobrir ha a parte oucidental, passando alem ha grandeza do mar oceano, onde he hachada e navegada hũa tam grande terra firme, com muitas e grandes ilhas ajacentes a ella, que se estende a satenta graaos de ladeza da linha equinoçial contra ho pollo artico e posto que seja azas fóra, he grandemente pouovada, e do mesmo circulo equinoçial torna outra vez e vay alem em vinte e oito graaos e meo de ladeza contra ho pollo antartico, e tanto se dilata sua grandeza e corre com muita longura, que de hũa parte nem da outra nam foy visto nem sabido ho fim e cabo della; pello qual segundo ha hordem que leua, he certo que vay em cercoyto por toda a Redondeza; asim que temos sabido que das prayas e costa do mar d’estes Reynos de Portugal e do promotorio de Fñis-Terra e de qualquer outro lugar da Europa e d’África e d’Ásia hatravesando alem todo ho oceano directamente ha oucidente, ou ha loest segundo hordem de marinharia, por trinta e seis graaos de longura, que seram seiscenta e quarenta e oyto leguoas de caminho, contando ha dezoyto leguoas por graao, e ha luguares algum tanto mais longe, he hachada esta terra nam navegada pelos nauios de vossa alteza e, por vosso mandado e licença, os dos vossos vassalos e naturaes; e hindo por esta costa sobredita, do mesmo circulo equinoçial em diante, per vinte e oyto graaos de ladeza contra o pollo antartico he hachado nella munto e fino brasil com outras muitas cousas de que os nauios nestes Reynos vem grandemente carregados...”.

Êste tópicó que acabamos de transcrever, extenso e confuso como declaram os que o analisaram a fundo (32), constitui uma

(31). — *Esmeraldo de Situ Orbis*, edição da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1905, pág. 16.

(32). — Duarte Leite, *Duarte Pacheco e o Brasil*, “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, 7 e 14 de julho de 1929.

difícilima charada a desafiar a argúcia dos historiadores. Basta atentarmos que ns mãos do professor Luciano Pereira da Silva (33), de Jaime Cortesão (34), de Faustino da Fonseca (35) e de Gago Coutinho (36), dá-nos uma viagem de Duarte Pacheco ao litoral brasileiro; nas de Duarte Leite o viajante atingiu a Flórida (37), nas de Capistrano de Abreu (38), de Carlos Coimbra e de outros, dá-nos uma descoberta realizada nas altas latitudes do hemisfério setentrional da América.

O ilustre historiador visconde de Lagoa é de um exagêro de pasmarmos, pois julga-se habilitado, apenas recorrendo a uma série de conjecturas, a traçar num mapa todo o percurso feito por Duarte Pacheco em 1498, desde a sua pretensa partida de Lisboa até o regresso a êsse pôrto. Para êste historiador o “Aquiles Lusitano” partiu do Têjo no decurso dos meses de novembro e dezembro de 1498 rumo sudoeste e, passando pelos arquipélagos da Madeira, Canárias e Cabo Verde, atingiu o cabo Orange na extremidade norte do litoral brasileiro. Dêste ponto, acompanhando o litoral, desceu até a foz do Pará, de onde virando a proa rumou para noroeste. Tocou na Trindade, costeou todo o litoral da Venezuela e chegou à ilha Aruba. Desta ilha penetrou no mar dos Caraibas, atravessou o canal de Yucatan, entrou no gôlfo do México, transpôs o estreito da Flórida, abordou nesta península, de onde voltou a Lisboa aproveitando os ventos que sopram de oeste para leste, na latitude dos Açores.

Diante dessa fantasiada descrição da viagem de Duarte Pacheco, é natural que tentemos decifrar a intrincada charada.

Da leitura atenta da frase do *Esmeraldo* — *donde nos vossa Alteza mandou descobrir ha parte ocidental, passando além ha grandeza do mar oceano* — concluímos que não se trata de uma ordem dada por D. Manuel apenas a Duarte Pacheco, mas também aos demais vassallos. Dêsse modo, na nossa opinião, o referido monarca mandou em 1498 alguns de seus navegantes procurar terras ao ocidente, mas se essas terras foram encontradas, em que data, em que latitude e por quem, Duarte Pacheco não esclarece.

Tendo êste cosmógrafo escrito o seu tratado de navegação e cosmografia de 1505 a 1508, portanto numa época em que o litoral brasileiro já tinha sido percorrido por duas expedições explo-

(33). — *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, volume I, págs. 231 a 259.

(34). — *A Expedição de Pedro Alvares Cabral*, Lisboa, 1922, págs. 143 a 171.

(35). — *A Descoberta do Brasil*, Lisboa, 1908, págs. 312-317.

(36). — *Descobrimento do Brasil* — conferência no Liceu Literário Português do Rio de Janeiro, 1943, pág. 31.

(37). — Trabalho citado.

(38). — *O Descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, 1929, pág. 304.

radoras portuguesas; quando Caboto já tinha em 1497 descoberto grande extensão do litoral leste dos Estados Unidos; quando Colombo, Pinzon, Hojeda, Lepe, La Cosa e Vespucci haviam entre 1498 e 1499 navegado parte da América Central, parte do litoral leste e todo o litoral norte da América Austral; após terem os Côrte Reais descoberto a Terra Nova e regiões circunvizinhas; não é de admirar que Duarte Pacheco nos revele a existência de um grande continente ao ocidente e até nos relate que de uma região dêle é transportada para o reino grande quantidade pau brasil.

Somos propensos a acreditar que o citado tópico do *Esmeraldo* se refere às tentativas de descobertas que, a mandado de D. Manuel, realizaram às regiões boreais do Novo Mundo os Côrte Reais. Se atendermos a que na carta de doação do referido monarca a favor de Gaspar Côrte Real, datada de 12 de maio de 1500, existe uma clara referência às tentativas feitas anteriormente por êste navegante para descobrir terras no ocidente, esta nossa opinião ficará mais reforçada, porque Duarte Pacheco poderia, como ainda hoje sucede com alguns historiadores, entre êles o almirante Gago Coutinho (39), ter dado como realizadas com pleno êxito as tentativas que êsse açoreano e mais o seu irmão Miguel fizeram anteriormente a 1500, em procura de terras no Mar Oceano.

Comentando a edição do *Esmeraldo* feita em 1892, assim se manifesta Rafael Eduardo de Azevedo Basto a respeito da passagem que insistimos em comparar a uma intrincada charada:

“...depois de mandar Vasco da Gama para a descoberta da Índia em 1497, combinou (D. Manuel) com Duarte Pacheco, no ano seguinte, o reconhecimento das terras do Novo Mundo, que o arrojado e inteligente navegador Cristovão Colombo poucos anos antes havia encontrado. Esta circunstância, quase desconhecida até hoje, podia ser posta em dúvida se não estivesse bastante explícita no capítulo I do livro II, onde o autor, tratando da quantidade e grandeza da terra e da água, diz: “e além do que dito é a experiência, que é a madre das cousas, nos desengana, e tãda a dúvida nos tira, e portanto, bemaventurado Príncipe, temos sabido e visto como no terceiro ano de vosso reinado do ano de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde nos vossa alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme com grandes ilhas adjacentes a ela...”.

(39). — *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, novembro-dezembro, 1933, págs. 3-20.

“Por motivos difíceis, se não impossíveis de averiguar, não foi posto n'aquêlê ano em execução o plano de D. Manuel; quer-nos parecer que para isso concorreria a viagem do rei para a Espanha, a fim de ser jurado herdeiro da corôa de Castela, e o falecimento da rainha e do infante, dando isto causa ao perdimento d'aquela corôa. No ano seguinte, com a volta de Vasco da Gama, forçosamente deviam sofrer alteração quaisquer combinações assentes” (40).

*

* *

A viagem de Pedro Álvares Cabral, é de que se ocupa o visconde de Lagoa no capítulo III. Assunto muito debatido, sendo que o ilustre historiador é de um conservantismo quase absoluto, pois não traz à discussão nenhum novo argumento dos já expendidos pelos que defendem a tese da intencionalidade. Tomamos a liberdade de remeter o leitor ao nosso livro — *O Descobrimento do Brasil* [São Paulo, 1946, Companhia Editôra Nacional, Série Brasileira], onde defendemos a tese da casualidade.

Quase ao encerrar o seu estudo sôbre a viagem de Cabral (página 150), diz o visconde de Lagoa:

“Justamente se tem frisado que o cosmógrafo Mestre João não só descreve, na carta endereçada ao rei, a *Cruz do Sul*, como até a desenha. Não esqueçamos porém que os pilotos portugueses, alcançada que foi a Guiné, notaram aquela constelação, que parecia disposta a indicar o polô austral; dessa observação se fêz eco Luís de Cadamosto no relato da sua primeira viagem, em 1455, vindo a propósito lembrar que em 1514 expõe João de Lisboa, no *Livro de Marinharia*, um razoado Regimento do Cruzeiro do Sul”.

Antes de contestar êste tópico do emérito historiador, sejamos permitido dizer que não achamos justa a sua afirmativa dizendo que Cá da Mosto se fêz eco dos *pilotos portugueses* que, uma vez alcançada a Guiné, notaram o Cruzeiro do Sul.

A prioridade incontestável da observação e descrição do Cruzeiro do Sul pertence ao navegante veneziano Alvise de Cá da Mosto que, após narrar a sua viagem até a foz do Gâmbia, isso em junho de 1455, escreveu:

(40). — *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, 1892, pág. VI.

“Nos dias em que estivemos na foz dêste rio (Gambia), não vimos mais que uma vez a estrêla polar e parecia muito baixa sôbre o mar. Para ve-la era necessario que o tempo estivesse muito claro, parecendo acima do mar na altura de uma lança. Também vimos sôbre o mar seis estrelas claras, brilhantes e grandes; e tirando-lhe o lugar pela bússola, vimo-las direitas ao sul, fi-

guradas por êste modo * * * *

e julgamos ser o Carro do Sul; mas a estrêla principal não era vista, porque não era possível descobri-la a não ser perdendo a estrêla polar. Neste lugar verificamos que a noite era de onze horas e meia, o dia de doze e meia, estando nós nos primeiros dias de julho, se não me engano no dia dois do dito mês” (41).

Quanto à descrição que do Cruzeiro do Sul faz Mestre João, vejamos o que disse Eurico de Góis:

“Pois êsse nosso bisonho homem (Mestre João), que desejam sagrar, a todo o transe, como astrônomo consumado, é incomparavelmente mais modesto. Tanto assim que na sua carta ingênuamene confessa ao rei que, por causa duma perna doente e pelas incomodidades da embarcação, ignorava a situação exata das estrelas (*en que grrado esta cada una, non lo he podido saber*) e, antes, lhe parecia *ser imposible en la mar, tomarse altura de ninguna estrella; por que yo trabaje mucho en eso; e por poco que el navio enbalance, se yerran quatro, o cinco grrados...* Apesar dessas circunstâncias desfavoráveis, procura fornecer informações de algumas estrelas do nosso céu e, o que é mais, chega, até, a querer fixar o seu aspecto, num desêenho feito à margem da supra dita carta. Nesse desêenho, vêm as constelações visivelmente deformadas e a situação das estrelas evidentemente defeituosas”.

“Conquanto êsse curioso cosmógrafo (Mestre João), *nem uma só vez* se refira à Cruz do Sul, Cruzeiro do Sul ou, simplesmente, Cruzeiro, no texto fala das estrelas *de la crus*, embora, na figura de sua carta, venham elas assinaladas com o nome de *las guardas*. E’ uma prova que, a serem idênticas, o Mestre João lhes não dava uma designação especial, pela qual se tornou conhecida a constelação. Seriam essas estrelas, verdadeiramente, as do Cruzeiro? E’ possível que sim. Tal presunção, porém, se torna abalada em vista do que escreve o próprio Mestre João: *estas guardas nunca se esconden antes syenpre andan en derredor sobre el horizonte*. Ora, é sabido que, na latitude em que se achavam os descobridores (na costa

(41). — *Montaboddo, Paesi novamente ritrovati e Novo Mondo da Alberico Vesputio florentino intitulado*, Milano, 1508, libro primo, capítulo XXXIX, pág. 50.

da Baía, mais ou menos a 17 graus do Equador) conforme achou o mesmo bacharel Mestre João, o Cruzeiro, ao invés disso, mergulha sempre, no seu giro diário, durante algumas horas, muitos graus abaixo do horizonte. De duas, uma: ou não se trata do Cruzeiro, ou Mestre João não sabia bem observar o céu, pois supunha essa constelação circumpolar”.

“Acrescenta que está duvidoso sôbre *qual de aquellas dos mas baxas sea el polo antartyco*. E informa que as estrelas *de las crus, son grandes casy como las del carro* (Ursa Maior), o que não é exato, visto como, das estrelas do Cruzeiro, uma pelo menos, *alpha*, de primeira grandeza, é maior que as da Ursa, cujas principais apenas atingem a segunda grandeza”.

“Continuando, afirma que *la estrella del polo antartyco, o sul, es pequena, como la del norte, e muy clara; e la estrella que esta en rriba de toda la crus es mucho pequena*. . . Em primeiro lugar, pelo que diz respeito ao polo sul, sabe-se que a sua estrêla mais próxima, *sigma* do Oitante, absolutamente não é comparável à polar do norte, por ser aquela (a austral) de quase sexta grandeza, ao passo que esta (a boreal) é nada menos de segunda grandeza; e, longe de ser a polar do sul *muy clara*, o que fêz com que o padre Secchi escrevesse que “os astrônomos dessas regiões (do sul) nos invejem muito a nossa bela Cynosura” (a polar do norte). Em segundo lugar, ainda com relação ao Cruzeiro, não é verdade seja *mucho pequena* a estrêla que fica no alto da constelação, *gamma*, pois, das quatro mais características (*alpha, beta, gamma e delta*) não é ela a menos brilhante, e, sim, a última dessas mencionadas. No caso de ser *delta* a considerada pelo Mestre João, como a situada no ápice da sua cruz duvidosa, então é que o Cruzeiro perderia, duma vez, de acôrdo com essa carta, a sua integridade, o seu aspecto isolado, a sua configuração peculiar”.

“Quereria acaso, o diligente astrônomo formar a sua cruz com as estrelas *alpha* e *delta* do Centauro, que ficariam, assim, constituindo o pé vertical, vendo-se então no vértice a estrêla *delta* referida, que no conjunto seria a mais *pequena* e estaria *en rriba de toda la crus*? Eis o que, perfeitamente se pode depreender do confrônto do texto da célebre carta com o desenho que ela reproduz à margem” (42).

Este estudo, embora resumido de Eurico de Góis sôbre a carta de Mestre João, foi publicado pelo grande astrônomo francês Flammarion, em 1910 na revista *L'Astronomie* de Paris e valeu ao seu autor o título de sócio da *Société Astronomique de France*.

(42). — Eurico de Góes, *Os Símbolos Nacionais*, São Paulo, 1908, págs. 159-160.

No capítulo IV que abrange 60 páginas do volume, estuda o visconde de Lagoa a expedição portuguesa enviada ao Brasil em 1501 para explorar o seu litoral.

O notável historiador, ao nosso ver, está atrasado tratando-se das fontes italianas que dizem com a expedição em apreço, ou finge ignorá-las por ser isso conveniente à sua arquitetura. Não aproveita para seu estudo os códices *Riccardiano* 1910 e *Strozzi* 318, êste da Biblioteca Nacional e aquela da Riccardiana de Florença; nada, absolutamente nada diz sobre a obra de Alberto Magnaghi que deu um valor inestimável às cartas florentinas.

Propositadamente apega-se à *Lettera al Soderini* e ao *Mundus Novus* para o seu trabalho, não levando em consideração que de há muito são êsses opúsculos considerados apócrifos, mesmo em Portugal. Damião Peres (43) diz que a *Lettera* é uma “mera especulação livreira” e o professor Duarte Leite pronuncia-se dêste modo:

“...Devem-se ter por autênticas, salvo incorreções de cópia, as três cartas reveladas por Bandini, Bartolozzi e Baldelli, acusadas de apócrifas, ao passo que são de rejeitar o *Mundus Novus* e a *Lettera*, escritos forjados com matérias extraídas daquelas cartas, e doutras enviadas para Florença pelo seu autor, ou por pessoas residentes em Portugal e Espanha” (44).

Após se referir ao contrato de arrendamento do Brasil a um consórcio de cristãos novos, assinado em 1502, admite o ilustre historiador a existência de um contrato anterior “de natureza experimental, que provocasse a viagem em questão (1501), a um tempo mercantil e de reconhecimento, saída do Tejo para Vera Cruz em meados de maio de 1501” (página 155 do livro).

Partindo dêsse raciocínio de que a expedição em apreço não zarpou para o Brasil em consequência de uma ordem régia, procura o visconde de Lagoa anular o ato notarial de Valentim Fernandes de 20 de maio de 1503, documento êste de incontestável valor para provar que a expedição desferrou de Lisboa para o Brasil em meados de maio de 1501, devido a uma determinação expressa de D. Manuel.

Estranha o visconde de Lagoa que Valentim Fernandes não tenha indicado no ato notarial a data exata em que o Brasil foi achado por Cabral, esquecendo-se que nesse mesmo erro incorreram todos os cronistas portugueses, inclusive Damião de Góis que,

(43). — *História dos Descobrimentos Portugêses*, Pôrto, 1943, pág. 410, nota número 1 no rodapé.

(44). — *Os falsos precursores de Álvaro Cabral* (segunda edição melhorada), Lisboa, Portugália Editôra, pág. 20.

como sabemos, foi guarda-mor da Tôrre do Tombo, o que nos leva a crer que a carta de Caminha não tinha sido divulgada como pretende o ilustre historiador. Mas onde o visconde de Lagoa é de uma incoerência de pasmar, é quando condena o documento em apreço pelo simples fato de não se conhecer o original. Sim, incoerência, porque não aplica êsse raciocínio quando pretende provar uma viagem de Duarte Pacheco à América em 1498. Louva-se, não no original, mas sim em uma cópia mutilada do *Esmeraldo*.

Reconhecendo o grande valor do ato notarial a que nos referimos, já em 1860 Frederico Kunstmann o divulgou, sendo que tanto Kurt Trubenback (45) em 1898, como Alberto Magnaghi em 1924 (46), dêle se serviram para provar o caráter oficial da expedição em estudo. Em Portugal foi primeiramente publicado e anotado por A. Fontoura da Costa em 1939 (47), depois por Jaime Cortesão em 1940 (48) e Damião Peres em 1943 (49).

Além do ato notarial de Valentim Fernandes provando que a expedição de 1501 foi enviada ao Brasil devido a uma ordem régia, temos os seguintes relatos que confirmam isso: em 12 de outubro de 1502, o embaixador de Veneza na Espanha, Pietro Pasqualigo, enviou de Saragoça à Senhoria uma carta sumariando notícias que lhe foram transmitidas por Giovanni Francesco Affaitato, em carta expedida de Lisboa a 10 de setembro dêsse mesmo ano. Nesse despacho de Pasqualigo há um tópico que diz:

...“le carovele, mandate l'anno passá a scoprir la terra di Papagá o ver di Santa Croce, a 22 lúio erano ritornate; e il capetaneo referiva aver scoperto piú de 2500 mia di costa nova, nè mai aver trovato fin de ditta costa” (50). Isto é: ...“as caravelas *mandadas* o ano passado a descobrir a terra dos papagaios ou de Santa Cruz, a 22 de julho tinham voltado; o capitão referia ter descoberto mais de 2500 milhas de costa nova, e não ter nunca achado o fim dela”.

A palavra *mandadas* do tópico acima transcrito é bastante elucidativa, porque quem podia *mandar* uma expedição explorar o litoral brasileiro era D. Manuel. Esta nossa opinião é tão acertada, que o visconde de Lagoa, por conveniência sua, como se vê da página 156 do livro que criticamos, traduziu a expressão, *le carovele mandate, por os navios idos*.

(45). — *Amerigo Vespucci's Reise nach Brasilien*, Plausen, 1898, pág. 41.

(46). — *Amerigo Vespucci-Studio critico*, Roma, 1924, volume II, pág. 189.

(47). — *Cartas das ilhas de cabo Verde de Valetim Fernandez*, Lisboa, 1939, págs. 91 a 96.

(48). — *História da expansão portuguesa no mundo*, Lisboa, 1940, volume III, capítulo “Relações entre a geografia e a história do Brasil”, pág. 21.

(49). — *Obra citada*, págs. 438 e 439.

(50). — *Raccolta Colombiana*, parte III, volume I, pág. 91.

Giovanni Matteo Cretico, núncio de Veneza em Lisboa, na descrição que fez da viagem de Cabral ao Brasil e à Índia, mais conhecida por *Relação do Pilôto Anônimo*, enviada por Trevisan, secretário da embaixada veneziana na Espanha, ao almirante Domênico Malipiero, diz que de volta de Calicute para Portugal, a frota de Cabral encontrou-se em Cabo Verde (Dakar) com três navios que o rei D. Manuel *mandava* para explorar o litoral brasileiro (51).

Por sua vez, na carta que de Cabo Verde enviou Vespucci a Lourenço de Pier Francesco de Medicini, em 4 de junho de 1501, declarou que:

“fui chamado estando em Sevilha pelo *rei de Portugal*, e pediu-me que me dispusesse a servi-lo nesta viagem, para a qual me embarquei em Lisboa...” (52).

Insinua o visconde de Lagoa que quem forneceu as informações à Valentim Fernandes para a redação do ato notarial foi o Florentino, quando diz (página 162 do livro) “que parece inspirado nas narrativas de Vespucci” êsse documento. Ora, se de fato êste nauta e cosmógrafo foi solicitado por Valentim Fernandes para contar-lhe o que ocorreu com a expedição em estudo, então temos aqui o que não é do agrado da totalidade dos historiadores portugueses: Vespucci exerceu na expedição de 1501 um cargo de tanta importância, que o tabelião público de Lisboa julgou-o bastante habilitado a dar-lhe os informes de que necessitava para lavrar o ato notarial em apreço.

Diz o visconde de Lagoa que, para se aceitar a autenticidade do convite de D. Manuel a Vespucci para participar da expedição de 1501, necessário seria que o Florentino gozasse de fama de técnico ou prático de náutica, geografia, cosmografia ou cartografia, o que não ocorria com Vespucci. Parece-nos difícil sabermos os antecedentes da maioria dos famosos navegadores dos séculos XV e XVI. Por exemplo: que fazia Bartolomeu Dias antes de realizar o grandioso feito de chegar às portas da Índia dobrando o cabo da Boa Esperança? Informa-nos Castanheda que exercia as funções de almoxarife dos armazéns de Lisboa. Que sabemos de Caboto, Pinzón, Solís, Magalhães e do próprio Colombo, cuja vida foi estudada a fundo, principalmente por Henry Harrisse e Henry Vignaud?

(51). — *Paesi nuovamente ritrovati e novo mondo de Alberico Vesputio florentino intitolato*, segunda edição, Milão, 1508, pág. 99.

(52). — Apud Henry Vignaud, *Americ Vespuce*, Paris, 1917, pág. 403.

Devemos considerar que, como disse alhures Damião Peres, “na frota de Cabral deviam existir perto de trinta pilotos entre efetivos e substitutos, entre os quais avultavam nomes celebérrimos que a História registra”. Ora, desejando D. Manuel enviar uma expedição para explorar o litoral brasileiro como aconselhava Cabral e estando desfalcada a marinha de pilotos e de cosmógrafos que haviam partido com as frotas dêste capitão-mor e com a de João da Nova, é óbvio que recorresse aos conhecimentos náuticos e principalmente cosmográficos de Vespucci, que lhe foram revelados por Bartolomeu Marchioni (53), certamente ao par da viagem que o Florentino realizou em 1499 por conta de Castela ao continente sul-americano.

Diz textualmente o visconde de Lagoa (página 164 do livro) que

“As suas viagens (de Vespucci) não constam de crônicas ou de documentos históricos de valia. Tornaram-se conhecidas por cartas particulares que remeteu para Florença e a que ali se apressaram a dar publicidade para apresentarem um florentino em competência com o genovês Colombo”.

De modo que o erudito historiador ignora completamente a existência de outras fontes que completam e reforçam as narrações das cartas de Vespucci. Pois nós temos conhecimento de que nas *Probanzas del Fiscal (Pleitos de Colón)* de 8 de fevereiro de 1513, Alonso de Hojeda declarou que na sua viagem de 1499-1500 ao Novo Mundo, levou Vespucci em sua companhia, como piloto. Na Biblioteca Riccardiana de Florença, *Códice Riccardiano* 1910, existe por cópia a carta que Piero Rondinelli enviou de Sevilha a Florença em 3 de outubro de 1502, onde há um tópico dizendo que a terra que Vespucci descobriu (*sic*), tinha sido arrendada aos cristãos novos (54). Ainda em Florença, na Biblioteca Nacional, *Códice Magliabecchiano*, encontra-se uma carta de Giovanni da Empoli, remetida de Lisboa a 16 de setembro de 1504, a seu pai residente em Florença, onde há uma passagem dizendo que ao navegarem para a Índia, passaram próximo da terra de Vera Cruz, em tempo descoberta (*sic*) por Vespucci (55).

Na reunião havida em Sevilha a 13 de novembro de 1515, da qual nos dão notícia os documentos existentes na *Casa de la*

(53). — Jaime Cortesão, obra citada, pág. 187.

(54). — *Raccolta Colombiana*, parte III, volume II, págs. 120 e 121.

(55). — *Raccolta Colombiana*, parte III, volume I, pág. 181.

Contratación dessa cidade, publicados por Muñoz e depois por Navarrete, tomaram parte os mais famosos pilotos e cosmógrafos da Espanha. Vindo à baila a questão referente à posição geográfica do cabo de Santo Agostinho, foi dito por Sebastião Caboto, piloto-mor, o seguinte:

“Que hasta verse el dicho cabo de S. Agustin, e correrse la costa hasta los términos que estan limitados por el Rey nuestro Señor y el Rey de Portugal no se puede determinar cosa ninguna que bien determinada sea, si no se da crédito á una navegacion que Amérigo, que haya gloria, hizo, que dice que partió de la isla de Santiago, que es á cabo Verde al poniente al susudueste 450 leguas, é dice así: que hallándose en 8°, pudiendo poner por el ueste la proa, que se habrá doblado el cabo. Lo cual creoser así, por quanto él mismo lo tomó el altura en el dicho cabo, y era hombre bien experto en las alturas”.

Nessa mesma reunião, João Vespucci, sobrinho de Amerigo, disse o que segue:

“Digo que el cabo de S. Agustin esta 8° de la línea equinocial hácia el sur... é esto lo digo por dicho de Amerigo Vespucci... que fué allá dos viages al dicho cabo, é allí tomó el altura muchas veces, é desto tengo escritura de su mano propia, cada dia por qué derrota iba, é cuántas leguas hacia; é dice que se corren con la isla de Santiago, nornordeste sursudueste, e hay 420 leguas. Así que, señores, si S. A. quiere, por este dicho de Amérigo se podrá averiguar; é si no hay otro remedio, que S. A. arme una carabela é otra el Rey de Portugal, é que se envíe á ver lo cierto”.

Nunes Garcia, assim se manifestou nessa reunião de Sevilha:

“...que se debe dar crédito á Amérigo... el cual fué al cabo de S. Agustin, y tomó su derrota desde la isla de Santiago, que es al occidente del cabo Verde al sursudueste 400 leguas y mas 50; y me decia muchas veces que podia poner el cabo en 8°, haciendo yo cartas en su casa; y despues de sus días lo mismo he hecho” (56).

Será possível que o visconde de Lagoa ponha em dúvida o valor desses documentos que acabamos de transcrever?

Louvando-se na *descrição* que a Lettera faz da expedição em apreço e, recorrendo também ao planisfério de Cantino que, como já vimos, HARRISSE provou estar delineado de modo errado

(56). — Navarrete, obra citada, volume III, págs. 319 e 320.

quanto ao litoral leste de uma parte da América do Sul, que compreende o Brasil, pois êste “projeta-se em sentido inverso e termina arbitrariamente em um promontório”, procura o emérito historiador provar, contrariando o que dizem as cartas apócrifas e autênticas de Vespucci, que a expedição de 1501 não atingiu alta latitude austral, pois não ultrapassou a ponta norte da ilha de Santa Catarina situada a 27°23 minutos de latitude sul.

Ficamos embasbacados com a facilidade com que o visconde de Lagoa detalha o percurso da expedição de 1501, num *croquis* anexo ao seu trabalho, dando-nos a impressão de ter dela participado. Por êsse esbôço, a frota partindo de Lisboa nos meados de maio de 1501 e, acompanhando o litoral africano até as ilhas de Cabo Verde, rumou para sudoeste e descreveu um enorme círculo com um diâmetro de cêrca de 8°, tendo como centro a linha equinocial, antes de tocar no cabo de Santo Agostinho. Dêste ponto navegou para o sul acompanhando o litoral brasileiro até atingir a ponta Rapa situada no extremo norte da ilha de Santa Catarina. Afastando-se do litoral, traçou um grande semi-círculo em direção leste até a ilha de Tristão da Cunha, de onde navegou em pleno Atlântico até Serra Leoa: Partindo dêste ponto e descrevendo uma enorme semi-elipse passando pelos Açores, a frota arribou ao Tejo de onde partira.

Não concordamos em absoluto com essa hipótese do ilustre historiador, pelas razões que passamos a expor. Os mapas de Cavério, Kunstmann II, Pesaro, Maiollo 1504, Waldseemüller de 1507 e Ruych de 1508, indicam, pela nomenclatura, que a expedição foi até *Cananor*, mudado mais tarde para *Cananéia*, posição esta situada aproximadamente a 25 graus de latitude sul, sendo provável que os elementos para o desenho dêsses mapas tenham sido colhidos entre pilotos portugueses. Mas na carta de Pesaro a costa vai até 47 graus, e no referido planisfério de Waldseemüller de 1507, ela, apesar de não ter nomenclatura além de *Cananor*, ultrapassa 40 graus e chega até cêrca de 50 de latitude sul, com uma configuração aproximada da realidade. Na dissertação que o monge Marcos Benevenuto acrescenta ao Ptolomeu de 1508, diz que a terra de Santa Cruz se vai estreitando até 47 graus de latitude austral e que a percorreram até 50 graus. No mapa de Ruysch do mesmo Ptolomeu, numa legenda na costa do Brasil, abaixo de *Cananéia*, se lê: *Naute lusitani partem hanc terre huius observarunt et usque ad elevationem poli antartici 50 gradum pervenerunt, mundum tamen ad eius finem austrium*. Isto é: navegantes portugueses observaram esta parte desta terra e chegaram até a elevação de 50 graus do polo antártico, sem chegar ao seu fim meri-

dional. Nos globos de Lenox de 1510, de Bernardo Silvano (Ptolomeu de 1511), e de Strobicz de 1512, a costa ultrapassa 40 graus de latitude sul, porém sem nenhum nome.

Todavia a ausência de nomenclatura além de Cananéia, em direção ao sul, não é elemento suficiente para se negar ter a expedição de 1501, da qual participou Vespucci, atingido 50 graus. Devemos ter em mente que a linha de demarcação que passava na embocadura do Amazona, segundo o mapa de Diogo Ribeiro de 1529, também cortava a entrada do estuário do Rio da Prata, a 35 graus de latitude sul. Isso explica porque os primeiros mapas portugueses e de origem portuguesa não vão além de Cananéia. E' que apesar de Vespucci ter explorado a costa muito mais ao sul dêsse pôrto, o Govêrno Português tinha naturalmente o mais vivo interêsse em ocultar que a costa se prolongava em direção a sudoeste, o que dava direito à Espanha, pelo Tratado de Tordesilhas, de reivindicar êsse trecho de terra firme, que mais tarde Magalhães verificou não ser pequeno.

Como já referimos, em Cananéia termina a nomenclatura dos mapas de Cavério, Kunstmann II, Pesaro, Maiollo 1504, Waldseemüller de 1507 e Ruysch de 1508. Mas no do cartógrafo português de nome Reinel a serviço da Espanha, desenhado mais ou menos em 1516, e no *Padron Real* de 1523, atribuído ao sobrinho de Vespucci, de nome João Vespucci, existente na Biblioteca Real de Turim, além de Cananéia existem diversos nomes, todos de origem portuguesa, sendo que na carta de Reinel termina a nomenclatura com o cabo de Santa Maria no estuário do Rio da Prata, ao passo que no *Padron Real* vai além, indicando o resultado da expedição de Fernão de Magalhães até o estreito. *Mutatis mutandis*, a nomenclatura do mapa de Reinel é reproduzida no de 1523, o que evidencia que os dois cartógrafos, pelo menos no trecho compreendido entre Cananéia e o estuário do Rio da Prata, obtiveram os dados na mesma fonte. Exceção feita das expedições de Noronha ao Brasil em 1503-1504 e da Nau Bretoa de 1511, que não atingiram altas latitudes sul, não se tem notícia segura de qualquer outra portuguesa ou mesmo espanhola ao sul, antes da de Solis de 1515. Assim, é admissível que êsses cosmógrafos tenham colhido os elementos para a nomenclatura de suas cartas, além de Cananéia, recorrendo a Vespucci ou alguém que participou como êle da expedição de 1501.

No *Padron Real* de 1523, está assinalado pela primeira vez o pôrto de *São Julião*, cêrca de 49 graus e 15 minutos de latitude sul, onde Magalhães passou o primeiro inverno na região antártica, sendo que do seu roteiro consta que êsse pôrto está a 49 graus

e 30 minutos. No calendário, o dia de *São Julião* ocorre a 28 de fevereiro, ao passo que Magalhães entrou nesse pôrto a 31 de março. Por outro lado, o nome de *São Julião* não estava em voga naquela época na Península Ibérica, tanto assim que não o vemos em nenhum mapa desenhado por cartógrafos portugueses ou espanhóis. Como Vespucci na expedição de 1501 chegou a São Vicente a 22 de janeiro e a 24 a Cananéia, tinha êle 35 dias para vencer a distância de 25 graus de latitude, que é a que separa Cananéia do pôrto de *São Julião*. Na sua viagem da costa de Venezuela a Haiti, diz Vespucci que em 7 dias percorreu 120 léguas, ou 7 graus e 30 minutos, isto é, um grau por dia. Portanto, navegando por dia pouco menos de 45 minutos, teria êle a 28 de fevereiro atingido o pôrto que denominou (57) *São Julião*, nome êste familiar aos florentinos e que Magalhães conservou. Devemos lembrar-nos que quando êste famoso navegante teve que enfrentar nesse pôrto a revolta chefiada por Cartagena, entre outros argumentos de que lançou mão para obrigar a maruja a obedecê-lo, disse que era necessário, pelo menos, ir tanto à frente, quanto tinha ido Amerigo Vespucci (58).

Para um estudo desenvolvido sôbre a expedição em apreço, remetemos o leitor ao nosso livro: *Amerigo Vespucci e suas viagens* [boletim número 105 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo].

*

* *

(57). — Na descrição da "Navegação e viagem que fêz Fernão de Magalhães, de Sevilha para as Molucas, no ano de 1519", escrita por um piloto genovês que Camillo Manfroni identifica como sendo Leone Pancaldo, de Savona, nota-se que a partir do Rio de Janeiro a expedição foi dando nomes aos lugares em que aportava ou passava próximo. Assim ao chegar ao Rio da Prata, diz textualmente Pancaldo que *puseram o nome* de rio de São Cristóvão, numa ponta ao sul da foz desse rio, *puseram o nome* de ponta de Santo Antônio; desta ponta navegaram rumo sudoeste e após terem percorrido 25 léguas, encontraram um cabo ao qual *puseram o nome* de cabo de Santa Apolônia; dêste ponto navegaram na direção oeste-sul-doeste e encontraram uns baixios aos quais *puseram o nome de Baixios das Correntes*; continuando a navegar depararam com uma baía, a que *chamaram* Baía de São Mateus; desta baía correndo a costa chegaram a um outro pôrto a que *puseram o nome* de Baía dos Baía dos Trabalhos. Mas quando a 31 de março de 1520 chegaram a um outro pôrto, onde passaram o inverno, Pancaldo não diz que *lhe puseram o nome* de São Julião. Neste ponto, diz textualmente a narração: "Daqui (Baía dos Trabalhos) navegaram nos últimos dias do mês de março de 1520 ao pôrto de São Julião, que está a 49 graus e um terço". Segue-se que êste pôrto já tinha sido visitado por uma outra expedição que o batizou por pôrto de São Julião e que Magalhães conservou. Essa expedição só pode ser a de 1501-1502 onde Vespucci foi personagem de relêvo. Vide para a descrição da viagem de Magalhães pelo piloto genovês Leone Pancaldo, o trabalho de Camillo Manfroni intitulado *Relazione del primo viaggio intorno al mondo seguita del roteiro d'un pilota genovese*, Milão, 1928, págs. 296 a 298.

(58). — Fernando Lopez de Gomara, *Historia General de las Indias*. Tradução italiana, Veneza, 1560, parte II, capítulo 92, págs. 125 e 125 verso.

Estuda o visconde de Lagoa no capítulo V a expedição de 1501-1504, organizada pelos arrendatários da Terra de Santa Cruz, admitindo que dela tenha participado a corôa com o intuito de explorar a América Austral.

Como ocorre quando estudo a expedição de 1501-1502, o historiador ilustre louva-se na *Lettera al Soderini*, apesar de acusá-la de suspeita e apontar as inúmeras incoerências, fantasias e adulterações que contém.

Na nossa opinião, a narrativa que a *Lettera* faz de uma quarta viagem de Vespucci à América em 1503-1504, não passa de uma invencionice ridícula escrita pelo falsário que forjou o famoso opúsculo.

Como sabemos, e disso fazem alarde os historiadores portugueses, nos arquivos de Portugal não existe nenhum documento pelo qual se possa inferir ter Vespucci participado de uma expedição portuguesa enviada ao Brasil em 1501-1502. Isso não obsta a que hoje em dia, à vista dos documentos espanhóis publicados por Navarrete, dos italianos, principalmente os transcritos na *Raccolta Colombiana*, bem como o existente na Biblioteca de Stuttgart (*Códice Conrado Peutinger*) publicado em 1860 por Frederico Kunstmann e traduzido para o português em 1939 por A. Fontoura da Costa (59), se possa afirmar sem receio ter Vespucci tomado parte na referida expedição como figura de grande relêvo.

O mesmo, porém, não ocorre com a expedição de 1503-1504, cuja chefia atribuem a Gonçalo Coelho, e da qual pretendem tenha participado o Florentino. Nem nos arquivos portugueses, nem nos italianos, nem nos espanhóis, nem em nenhum outro da Europa, existe qualquer documento que, direta ou indiretamente, a ela faça a menor referência. A falta de qualquer notícia dessa pretensa viagem de Vespucci nos documentos florentinos é de grande significação. Não é admissível que Piero Vaglianti, autor do *Códice Riccardiano* 1910, que mostrava todo o interesse em copiar, na sua coletânea de viagens, tudo o que vinha da Espanha e de Portugal, não tivesse tido conhecimento de qualquer carta de Vespucci ou dos florentinos residentes em Lisboa e Sevilha, narrando a nova viagem ao Brasil a que faz alusão a *Lettera*.

Em 1566 o cronista português Damião de Góis (60) nos diz que:

“No mesmo ano (1503) mandou (D. Manuel) Gonçalo Coelho com seis naus à terra de Santa Cruz, com que partiu do pôrto de Lisboa aos 10 dias do mês de junho,

(59). — *Obra citada*, págs. 91 e 125.

(60). — *Crônica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Coimbra, 1926, parte I, capítulo LXV, pág. 145.

dos quais por ainda terem pouca notícia da terra, perdeu quatro e as outras duas trouxe ao Reino, com mercadorias da terra, que então não eram outras, que pau vermelho, a que chamam brasil, bugios e papagaios”.

Teve Góis essa passagem da sua crônica repetida, *mutatis mutandis*, em 1571, pelo bispo de Silves, D. Jerônimo Osório (61). Porém, como já tinha notado Humboldt (62), fácil é verificar-se que a sucinta notícia dada por Góis dessa expedição: número de navios, finalidade da viagem, pouco conhecimento do Atlântico Sul pelo comandante, a volta com carregamento de pau brasil, etc., nada mais é do que um apanhado da narração da quarta viagem de Vespucci contida na *Lettera*, cuja tradução latina, como sabemos, tinha sido amplamente divulgada por tôda a Europa. Mas Damião de Góis não foi o único a recorrer à referida tradução latina da *Lettera*, pois que dela se socorreram quase todos os cronistas dos séculos XVI e XVII, inclusive Antônio de Herrera y Tordesillas, ao narrar a viagem realizada por Hojeda em 1499. Assim, o único documento, se assim podemos dizer, que descreve a viagem de Vespucci ao Brasil, em uma expedição portuguesa, que zarpou de Lisboa a 10 de maio de 1503, é a *Lettera* que, como sustentamos, é apócrifa, destituída portanto de qualquer valor crítico.

Na carta (autêntica) que Vespucci remeteu de Lisboa ao Medici, no começo de agosto de 1502, dá a entender que o rei de Portugal estava indeciso quanto a confiar-lhe qualquer outra missão referente à navegação, dizendo textualmente:

“Por ora estou aqui em Lisboa esperando aquilo que o rei determinará”.

Mas decorridos alguns dias após ter Vespucci escrito ao Medici, resolveu voltar à Espanha e disso teve conhecimento Rondinelli que, na sua carta de Sevilha a Florença de 3 de outubro de 1502, disse o seguinte:

“Amerigo Vespucci estará aqui dentro de poucos dias, o qual suportou bastantes fadigas e teve pouco proveito, pois, merecia mais que a ordem...”.

Este tópico da carta de Rondinelli é confirmado em parte pela missiva que a 5 de fevereiro de 1505, Colombo escreveu ao seu filho Diogo, onde referindo-se a Vespucci diz:

(61). — *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, tradução do latim por Francisco Manuel do Nascimento, Lisboa, 1804, volume I, pág. 189.

(62). — *Examen Critique*, etc. Paris, 1836-1839, volume V, pág. 120.

“La fortuna le ha sido contraria como á otros muchos. Sus trabajos non le han aprovechado tanto como la razón requiere” (63).

Pel oexposto somos levados a concluir que, ou o rei de Portugal despediu Vespucci por não julgar viável o seu projeto que consistia em procurar as Molucas dobrando o extremo sul do novo continente; ou êle, achando que não tinha sido recompensado de modo satisfatório pelos serviços prestados na viagem ao Brasil em 1501-1502, resolveu voltar definitivamente à Espanha. Seja porém como fôr, mas louvando-nos na carta de Rondinelli, a conclusão é que Vespucci não se achava em Portugal em 1503, data da sua suposta partida para o Brasil.

Sabemos pelo relatório de Lunardo de Ca' Masser, escrito de 1506 a 1507, cujo texto e tradução se encontram no volume da Academia das Ciências de Lisboa, comemorativo do IV centenário do descobrimento da América, que Fernão de Loronha ou Noronha era concessionário e associado de cristãos novos que arrendaram a “Terra de Santa Cruz”. Por outro lado, pela carta de Rondinelli já citada, fica evidenciado que êsse arrendamento foi pelo prazo de três anos. Como D. Manuel, ao conceder a 6 de outubro de 1503 certos privilégios a mercadores alemães, diz que o contrato de arrendamento de Fernão de Noronha terminava em 1505 (64), segue-se que êsse contrato só poderia ter sido assinado nos últimos dias de 1502 ou começo de 1503. Acresce esta circunstância: não é admissível que Noronha e os cristãos novos assinassem o contrato de arrendamento do Brasil, submetendo-se às cláusulas de grande responsabilidades que conhecemos, sem que previamente tivessem notícias seguras dessa região e do que nela podiam explorar com objetivo de lucros. Portanto, só depois do retorno da expedição de 1501-1502 é que o contrato foi firmado entre as partes interessadas, e só depois disso é que Noronha partiu para o Brasil.

Tudo induz a admitir que a expedição de Noronha zarpuu de Lisboa no começo de 1503 para a Terra de Santa Cruz, pois os últimos meses do ano de 1502 eram impróprios à navegação para o Brasil, visto que, como diz Duarte Leite,

“a experiência portugueza da travessia atlântica recomenda seu começo no decurso do primeiro semestre;

(63). — *Raccolta Colombiana*, Scritti, II, n.º 57, pág. 253.

(64). — *Arquivo da Torre do Tombo* — *Chancelaria de D. Manuel*, livro 22, fôlhas 25.

e neste período partiram tôdas as armadas da Índia, às quais o *Esmeraldo* aconselha o primeiro trimestre, dando preferência a fevereiro (65).

De quantos navios se compunha essa expedição, em que dia e mês zarpou de Lisboa, em que data chegou ao Brasil, em que pôrto ou portos deitou ferros, o que de extraordinário com ela ocorreu e quando regressou ao Reino, são pontos obscuros que ainda não foram esclarecidos.

Porém, uma prova irrefutável de que Fernão de Noronha esteve no Brasil em 1503, temô-la nos dizeres do documento datado de 16 de janeiro de 1504 e assinado pelo rei D. Manuel, ao fazer-lhe doação da ilha de São João, hoje Fernão de Noronha. Nessa carta de doação há a declaração formal de que tal ilha tinha sido recentemente descoberta por Noronha. (...“*ilha de São João que ora novamente achou e descobriu cincoenta leguas no mar da nossa terra de Santa Cruz...*” (66). Se a ilha tinha sido recentemente descoberta, é claro que o fôra no dia 24 de junho de 1503.

Exercendo Gonçalo Coelho as funções de escrivão da Fazenda Real, é possível tenha participado da expedição de Noronha como personagem de destaque, tendo por encargo fiscalizar a execução do contrato de arrendamento, bem como examinar *de visu* as possibilidades da exploração de outras riquezas do Brasil. Isso talvez possa explicar ter Damião de Góis atribuído a Gonçalo Coelho o comando da expedição que, o compilador da *Lettera* forjou, e que êsse cronista na sua boa fé sumariou, confundindo-a com a de Noronha.

*

* *

O capítulo VI trata das explorações portuguesas do litoral brasileiro, realizadas na segunda década do século XVI que, segundo o visconde de Lagoa, deixaram vestígio escasso na historiografia mas que a cartografia coeva comprova.

Começa o ilustre historiador por afirmar que os portugueses na época referida estavam empenhados na eficiente e rápida exploração do litoral brasileiro, sem prejuízo dos grandes interesses, principalmente comerciais, tanto na África como na Ásia, sendo que as expedições foram equipadas pela corôa, por particulares e algumas pelo govêrno em colaboração com entidades privadas, com objetivo simultâneo de natureza científica e mercantil.

(65). — Trabalho publicado no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, 7 e 14 de julho de 1929.

(66). — *Alguns Documentos da Torre do Tombo*, Lisboa, 1892, pág. 460.

Dessas expedições, diz o visconde de Lagoa, a maioria padece da ausência quase que completa de documentos históricos e, quando existe, aludem de modo fortuito e lacônicamente a uma ou a outra expedição. Ainda bem que êste historiógrafo não justifica essa escassez de documentos recorrendo à “política de sigilo dos monarcas portugueses”.

Não podemos concordar com o que afirma tão ilustre historiador, quando diz que os portugueses estavam “empenhados na eficiente e rápida devassa das costas sul-americanas”. E’ sabido que logo após o retôrno da expedição de 1501-1502 e daquela de Fernão de Noronha de 1503-1504, o que se tinha apurado era que a Terra de Santa Cruz não encorajava a sua exploração com objetivo de lucros, porque nela só existiam papagaios, macacos e pau brasil mui inferior ao *verzino* que vinha do Oriente. E, quanto ao objetivo científico a que alude o visconde de Lagoa, não atinamos com êle, porque tendo Portugal assegurado o caminho marítimo à Índia pelo cabo da Boa Esperança, não iria meter-se em arriscada aventura invadindo zona privativa de Castela, com o escopo de encontrar nova rota para o “país das especiarias”. Daí a razão de só se encontrar “vestígio escasso na historiografia”, para se tentar provar explorações portuguesas do litoral brasileiro, depois daquela da nau *Bretoa* de 1511, até a partida de 1530 da frota de Martim Afonso de Souza.

Pretende o estudioso historiógrafo provar, recorrendo à cartografia americana vetustíssima, duas viagens de nautas portugueses que teriam percorrido o litoral brasileiro de norte a sul e atingido o estuário do Rio da Prata: uma em 1514, antes portanto da expedição de Solis; outra entre 1516 e 1517.

A cartografia, como sabemos, representa valiosa contribuição para os estudos relacionados com os descobrimentos marítimos nos séculos XV e XVI, mas por si só não é elemento bastante para precisar qualquer descobrimento. A razão principal reside no fato dos cartógrafos, na maioria dos casos, não terem participado das viagens, limitando-se a desenhar em seus mapas os resultados das informações colhidas entre a maruja dos navios que regressavam das viagens, ocasionando isso erros graves de latitudes, sem falar nos de longitudes, ao localizarem nas cartas os acidentes geográficos que as expedições descobriram. Depois, muitos cartógrafos desenhavam os seus maças recorrendo à compilação, isto é, condesavam neles o que encontravam em cartas anteriormente delineadas, estabelecendo dêsse modo uma grande confusão entre os topônimos com grafia geralmente estropiada e mal localizadas. Finalmente devemos considerar as interpolações que eram freqüentes.

A primeira expedição portuguesa, no caso em apreço, seria aquela que em 1514 após percorrer o litoral brasileiro, atingiu o Rio da Prata. Teria sido aparelhada por D. Nuno Manuel e Cristóvão Haro, e o comando entregue ao famoso piloto João de Lisboa.

Para comprovar a vinda dessa expedição ao Brasil e Rio da Prata, o ilustre historiador recorre ao *Livro de Marinharia — Tratado da agulha de marear achada por João de Ilixboa ho anno 1514*, isto é, a um trabalho da autoria do apontado comandante da frota, onde é encontrada uma relação dos topônimos da costa do Brasil com a indicação das latitudes de cada um dêles, inclusive de dez, a partir de Cananéia até o cabo de Santa Maria, no estuário do Rio da Prata. Êsses topônimos são os seguintes: *o Rio dos deagós, o Rio do estemo, baya do Repairo, Ilha da baya, Amgra do batel, Rio dos negros, Cabo da pomta, A baya aparçelada, o arrefice, o cabo de Sãta Maria*.

À primeira vista, fica-se impressionado com essa *toponímia portuguesa*, porque ela não é encontrada nos mapas de Kunstmann II, Cavério, Pesaro, Maiollo 1504, Waldseemüller de 1507 e Ruysch de 1508. Parece de fato que o estudioso historiador tem tôda a razão, quando pretende provar que a exploração do litoral brasileiro a partir de Cananéia até o cabo de Santa Maria, pertence à expedição de João de Lisboa de 1514 que, como já dissemos, teria penetrado no estuário do Rio da Prata, anteriormente a Solis. Mas acontece que o planisfério de Cantino, desenhado como já foi dito em 1502 por um cartógrafo oficial português, assinala no litoral atlântico da América do Sul que começa no cabo de São Roque e atinge quase 40 graus de latitude sul, *o cabo de Scta Maria*, sendo de notar que os topônimos dêsse mapa existentes na “Terra dos Papagaios”, tais como *cabo Sã Jorge, San miquel, Rio de Sã franco, Abaia de todos sanctos e cabo de Scta Maria*, estão em cursivo e, como afirma Duarte Leite, foram acrescentados à última hora, depois de desenhado o planisfério, por um italiano, provavelmente por Cantino, que tinha conhecimento do resultado da expedição de 1501 (67), da qual, como sabemos, participou Vespucci.

Como já dissemos, segundo o mapa de Diogo Ribeiro de 1529, a linha de demarcação que passava na embocadura do Amazonas, cortava também o estuário do Rio da Prata. Isso explica (aqui se justifica a “política de sigilo”) porque os primeiros mapas portugueses e de origem portuguesa, não vão além de Cananéia que está a 25 graus de latitude sul. Assim, pois, a nomenclatura que

(67). — *O mais antigo mapa do Brasil*. “História da Colonização Portuguesa do Brasil”, volume II, pág. 264.

se nota na relação de João de Lisboa, com tóda a probabilidade provém dos informes colhidos de algum pilôto da expedição de 1501 ou quiçá, de notas de autoria de Vespucci, pois o seu sobrinho João Vespucci, pilôto real da Espanha, na reunião em Sevilha de 13 de novembro de 1515, como já vimos, declarou que tinha apontamentos de seu tio indicando as posições geográficas visitadas pela expedição portugueza de 1501-1502. Pode-se também admitir que João de Lisboa tenha conseguido os informes que registra no seu citado tratado de marear, da descrição da viagem de 1501 que o Florentino entregou ao rei D. Manuel, conforme declara na carta de agosto de 1502 enviada de Lisboa ao Medici.

Portanto, sem recorrermos a qualquer documento histórico, mas servindo-nos apenas, como o visconde de Lagoa, da cartografia antiga americana, chegamos à conclusão diametralmente oposta à sua.

Tomando como fonte de informação somente a carta de Lopo Homem de 1519, cuja toponímia estuda, o erudito historiógrafo recorrendo como diz sem rebuço à hipótese, pretende provar que no fim de 1516 ou princípio de 1517, portanto numa data indeterminada, desferrou do Tejo uma frota com destino ao Brasil, cujo comando atribui novamente a João de Lisboa, armada esta que atingiu a embocadura do Rio da Prata, de onde regressou ao reino, tendo sido apanhada nas proximidades do cabo de São Roque pelas correntes e ventos dominantes de sueste e arrastada para o norte do Brasil, que explorou detalhadamente até a baía de São Marcos, no Maranhão.

Tratando-se da viagem dêsse pilôto ao Brasil e Rio da Prata em 1514, existe "vestígio escasso" na historiografia, o que não ocorre com a pretensa expedição de fins de 1516 ou princípios de 1517, onde o silêncio é sepulcral, tanto assim que o emérito historiador, por uma questão de consciência, a todo o momento diz que está no terreno das conjecturas, o que não se harmoniza com aquela judiciosa frase de Langlois e Seignobos: *pas de documents, pas d'histoire* (68).

*

* *

O capítulo VII, que é o último do trabalho do ilustre historiógrafo português, ocupa-se da expedição espanhola Pinzon-Solis

(68). — *Introduction aux études historiques*, Paris, 1899.

de 1508, enviada ao Novo Mundo com o encargo de encontrar ao norte de Verágua um canal ou mar aberto que fôsse ter ao “país das especiarias”.

De acôrdo com as últimas pesquisas e interpretações de documentos (69) a expedição composta de 2 navios, tendo por piloto Pedro de Ledesma, partiu de Sanlucar de Barrameda a 29 de junho de 1508, competindo a Solis a direção da rota e a Pinzon o comando da expedição sempre que pusessem pé em terra.

A expedição foi aparelhada sob sigilo e sob sigilo devia ser feita a navegação, tanto assim que, pelo regimento, não devia na viagem de ida tocar na ilha Española, o que só era permitido naquela de retôrno. Sabemos que a expedição explorou as costas de Honduras e do Yucatan, abordando em diversos pontos do continente.

Da dualidade de comando resultou séria desavença entre Pinzón e Solis. A viagem foi interrompida e a expedição voltou a Castela aportando na Española, onde o governador Ovando reteve os ameríndios que, como intérpretes, trazia a tripulação. Logo depois chegou a essa ilha Diogo Colombo que se apossou de uma das caravelas. Após o regresso de Pinzón e Solis, em fins de outubro de 1509 a Sevilha, teve início o processo judicial de que resultou ficar provado que a culpa do fracasso da expedição era devido ao procedimento incorreto de Solis. Em consequência disso, foi Solis enviado para o cárcere da côrte, enquanto que Pinzón recebeu várias mercês. Só depois de decorridos dois anos de prisão, obteve Solis a liberdade e recebeu além dos soldos atrasados, uma compensação em dinheiro pelos danos sofridos.

O visconde de Lagoa não concorda com êste nosso resumido relato sôbre a expedição em apreço, tanto assim que diz textualmente (páginas 302-303) o seguinte:

“No campo das hipóteses possíveis, que o da certeza nos é vedado na conjuntura, propendemos para a da separação das duas caravelas nas Canárias, de onde uma — a de Pinzón — teria rumado a sudoeste e a outra — a de Solis — praticamente ao sul até além do equador, descaindo então gradualmente para a costa brasileira, que alcançaria nas proximidades do cabo Branco e que percorreria em extensão que a posteridade desconhece e que historiadores dados ao exagêro estendem ao rio Colorado, na Patagônia, em 39°,20 minutos latitude sul”.

(69). — Ph. J. J. Valentini, *Pinzón-Solis 1508*, *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*, Bd. XXXIII, 1898, págs. 254-208; Diego Luis Molinari, *El Nacimiento del Nuevo Mundo*, Buenos Aires, 1945, pág. 66.

“O encarceramento de Solis quando do regresso a Sevilha, por motivos que os autos não esclarecem satisfatoriamente, a indenização que recebeu pelo tempo que despendeu em sua defesa e o galardão de piloto-mor que se seguiu à libertação são indício de que ao castigo não foi talvez de todo estranho o intuito de convencer Portugal de que a incursão em seus domínios não ficara impune”.

“O vestígio escasso e impreciso que esta expedição deixou nas crônicas espanholas convence-nos de que ela não atingiu a costa que se estende para o sul do paralelo de 30°, ou seja a que ao tempo seria dado reivindicar para a zona castelhana estipulada em Tordesilhas, e que se deteve, assim, na lusitana, o que provocou a prisão de Solis como satisfação a Portugal e simultaneamente como manifestação de desgosto pelo insucesso da empresa”.

Como acabamos de ver, o estudioso historiador aventa a hipótese de que os dois navios de que se compunha a expedição Pinzón-Solis de 1508, ao atingirem as Canárias se separaram: Pinzón com a sua caravela rumou para sudoeste e Solis com o seu navio navegou para o sul, atingindo o cabo Branco e percorrendo o litoral brasileiro até 30° de latitude sul.

Mas tal conjectura se dilui à vista dos depoimentos de quatro testemunhas que em 1513 depuseram nas *Probanzas del Fiscal (Pleitos de Colón)*. Essas testemunhas são as seguintes: Vicente Yañez Pinzón, um dos chefes da expedição, Pedro de Ledesma, piloto da mesma, Alonso de Hojeda e Rodrigo de Bastidas, que ao responderem a décima pergunta do Fiscal, indagando se Pinzón e Solis tinham ido descobrir terras além de Verágua, responderam:

“Pedro de Ledesma, piloto, dice que este testigo fué en compañía de Vicente Yañez é Juan de Solis por mandado de S. A., é vido quel dicho Vicente Yañez é Juan de Solis descubrieron adelante de la tierra de Verágua, á una parte á la via del norte, todo lo que hasta hoy está ganado desde la isla de Guanaja hácia el norte, é que estas tierras se llaman Chabaca é Pintigrón, é que llegaron por la via del norte fasta 23 grados é medio, é que en esto no andubo el dicho D. Cristóbal Colón, ni lo descubrió, ni lo vido”.

Vicente Yañez Pinzón dice, que este testigo é Juan de Solis fueron por mandado de SS. AA., é descubrieron toda la tierra que hasta hoy esta descubierta desde la isla de Guanaja fasta la provincia de Camarona, yendo la costa de luengo hácia el oriente hasta la provincia se llama Chabaca é Pintingron, que descubrió este testigo é Juan de Solis; é que asimismo descubrieron, yendo la costa

adelante, una gran bahía, que la pusieron la grand bahía de la Vavidad, é qué de allí descubrió este testigo la sieras de Caria é otras tierras de mas adelante, é que á estas provincias nunca el dicho D. Cristóbal ni otro por él llegó”.

“Alonso de Hojeda contesta por haber oído á Yañez y Solis, y visto la figura de la tierra que trajeron de su descubrimiento, y que es apartado y otra cosa de lo que el Almirante descubrió”.

“Rodrigo de Bastidas, que Yañez y Juan Diaz de Solis fueron á descubrir abajo de Verágua, que no sabe qué tanto descubrieron, pero que es todo una costa con lo que el Almirante descubrió primero” (70).

Pelos depoimentos dessas testemunhas fica provado:

1.º) — que Solis não se separou de Pinzón durante a navegação e que juntos procuraram o estreito até o norte de Verágua, descobrindo as terras de Chabaca e Pintigron, a província de Camarone e uma grande baía que denominaram Navidad, sendo que nessa navegação atingiram a latitude norte de 23 graus e meio;

2.º) — que regressaram juntos para Castela, não se podendo admitir ter Solis se separado de Pinzón e percorrido uma grande extensão da América Austral, como pretende o erudito historiografo português.

Acaso o visconde de Lagoa pretende inválidar os depoimentos dessas testemunhas, sendo que como já vimos, duas delas participaram da expedição, apenas recorrendo a hipóteses?

Uma vez que o estudioso historiador faz tanta questão de dar a prioridade do descobrimento do Rio da Prata a uma expedição portuguêsá, andaria acertado esposando a tese do historiador argentino Roberto Levillier (71), que não só recorrendo a tôda a documentação histórica conhecida, como principalmente à cartografia americana vetustíssima, sustenta que o referido rio foi descoberto pela expedição portuguêsá enviada ao Brasil em 1501. Mas... o diabo é que Vespucci exerceu nessa expedição funções de alta relevância.

*

* * *

Para fazermos uma síntese da nossa crítica ao desenvolvido estudo do visconde de Lagoa, nada melhor do que repetir aqui

(70). — Navarrete, obra citada, volume III, págs. 541-542.

(71). — *América la bien llamada*, Buenos Aires, 1948, obra em 2 volumes ilustrados.

o que disse o professor Duarte Leite (72) a respeito da *Teoria geral dos descobrimentos portugueses* da autoria de Jaime Cortesão:

“De fato, o autor não se amolda ali aos preceitos estabelecidos em História, pois além de se comprazer em conjecturas arriscadas e supérfluas, insiste em acertos duvidosos ou inexatos de anteriores escritos seus, e acrescenta-lhes outros ainda menos aceitáveis. Guiado pela ânsia, aliás louvável, de atinar com coisas inéditas em campos já respigados, e arrastado pela sua poderosa imaginação, abusa com freqüência das hipóteses, arrimo por vezes indispensável na investigação do passado remoto, convertendo-as em certezas: e desta forma acaba por nos oferecer uma teoria não histórica, mas romantizada dos nossos descobrimentos, à qual se pode aplicar, dum modo geral e sem lhe minguar o valor, o dito conhecido de Leibnitz: contém coisas boas e coisas novas, mas as boas não são novas e as novas não são boas”.

T. O. MARCONDES DE SOUZA

Da Sociedade de Estudos Históricos e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

(72). — *Coisas de Vária História*, Lisboa, 1941, pág. 2.